



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS DE GRAJAÚ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS

KARINA ARAUJO LOPES

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM GRAJAÚ – MA: o que os sujeitos têm a dizer sobre
isso?**

Grajaú – MA
2019

KARINA ARAUJO LOPES

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM GRAJAÚ – MA: o que os sujeitos têm a dizer sobre
isso?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus de Grajaú, como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara.

Grajaú – MA
2019

LOPES, Karina Araújo.

Educação Inclusiva em Grajaú – MA: o que os sujeitos têm a dizer sobre isso / Karina Araújo LOPES. - 2019.

65 f.

Orientador(a): Ramon Luis de Santana Alcântara.

Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Humanas – Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Grajaú, 2019.

1. Alunos com Deficiência. 2. Escola Regular. 3. Inclusão. 4. Perspectiva de Futuro. I. Alcântara, Ramon Luis de Santana. II. Título.

KARINA ARAUJO LOPES

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM GRAJAÚ – MA: o que os sujeitos têm a dizer sobre
isso?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao
Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da
Universidade Federal do Maranhão (UFMA),
Campus de Grajaú, como pré-requisito para
obtenção do título de Licenciado em Ciências
Humanas.

Aprovada em: ____/____/____

Com nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Profª. Ms. Cristina Torres Ferreira
Universidade Federal do Maranhão

Profª. Esp. Danielle Aline Ramos de Sousa Silva
Escola COC Imperatriz

Dedico esta monografia para todos participantes que contribuíram para tal pesquisa. Ouvir os relatos apresentados por cada um, só enriqueceram ainda mais o estudo. Dedico ao meu pai, Francisco Solano Lopes, pois o teu incentivo e apoio fizeram com que eu chegasse até aqui. Aos meus amigos e professores pela grande contribuição durante esta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade e dom da vida. Foram dias difíceis, mas tua graça me sustentou nos dias de lágrimas e enfraquecimento, pois tuas promessas me fizeram alcançar o tão sonhado Ensino Superior.

Ao meu pai Francisco Solano Lopes, pois não teve nenhum momento em que eu não pensasse em proporcionar melhorias e alegrias ao senhor. Meus olhos se enchem de lágrimas sabendo que este valioso momento foi tão sonhado por nós dois. Sou grata pelo carinho e atenção que tens me dado durante esses anos. O senhor é responsável pelo caminho trilhado de novos conhecimentos, pois sempre me incentivou a querer mais dos estudos. À minha mãe Luzia Araújo Dutra que mesmo distante, me incentivou a ir além.

Às minhas irmãs Marina Araujo Lopes e Jaina Araujo Dutra, pelo carinho e amor durante as aflições, vocês foram meu porto seguro nos dias ruins. À minha sobrinha Isabelly Cristina, pois toda a minha luta por uma educação de qualidade é que você consiga usufruir de um ensino democrático. Agradeço ao José Cunha, que durante esses anos tem se mostrado um companheiro e incentivador dos meus sonhos.

Agradeço a cada participante que se disponibilizaram para participar deste estudo. Em especial a Egressa 1 (Nome Fictício), que foi meu incentivo a entender as práticas inclusivas do município. Você é sinônimo de luta e persistência. Agradeço a disposição prestada pela Ana Paula. Pois humildemente ajudou nas entrevistas com os deficientes auditivos.

Aos meus colegas de turma (2014.2) pelos momentos prazerosos de troca de conhecimento, pelos apertos da vida universitária durante esses quatro anos.

Agradeço a Camila Ramos Santos e João da Conceição Silva que juntos nos conhecemos por (Trio Parada Dura) pelos momentos únicos que passamos. Pois essa jornada não teria sido fácil sem a ajuda de vocês. Agradeço a Deus pela amizade que ao longo dos anos eternizou-se em família.

Agradeço a todos os integrantes do Grupo Educares. As tardes de segunda serão eternizadas em minhas memórias. Levarei comigo o conhecimento e a experiência compartilhada por cada um de nós nos eventos, pesquisa e extensão.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara, que sempre encorajou a seguir em frente, compartilhando de seus conhecimentos, com paciência, incentivo e boa vontade. Agradeço em especial aos professores Me. Patrícia Ataíde, Prof. Me.

José Maria e o Prof. Me. Samir Casseb (in memorian) pelos ensinamentos e contribuições ao longo do curso. Vocês são referências de profissionais que lutam por uma educação de qualidade alcançando a toda a diversidade.

RESUMO

Partindo da premissa, que a Educação Inclusiva é, atualmente, um dos maiores desafios educacionais, é que essa pesquisa se propõe a avaliar os processos de inclusão escolar no ensino público em Grajaú, a partir da percepção dos alunos e egressos com deficiência. A inclusão nos remete há anos de lutas por direitos a uma educação de qualidade. Assim, durante sua trajetória, buscou-se orientar os sistemas educacionais para uma estruturação dos serviços e recursos da educação especial, de forma em que pudessem complementar o ensino regular, uma vez que se deu de forma obrigatória de responsabilidade dos sistemas de ensino a inclusão dos alunos com deficiência. Para a seguinte pesquisa, tivemos como específicos: identificar as contribuições que a inclusão trouxe para a vida dos egressos e alunos com deficiência; investigar os principais desafios encontrados pelos alunos e egressos no processo de inclusão escolar; e por fim, apontar as sugestões que os alunos e egressos com deficiência formulam para a melhoria do processo de inclusão. Para alcançar tais objetivos, a pesquisa se deu de cunho qualitativo, em que foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 9 (nove) participantes. Sendo este, 4 (quatro) egressos e 5 (cinco) alunos (as), com deficiência física, auditiva, intelectual, visual e uma com síndrome de down. Para essas questões, usou-se como apoio teórico Quixaba (2011); Quixaba (2015); Alcântara (2013); Brasil (2008) e entre outros. Ficou evidenciado que a escola contribui de forma significativa da vida dos alunos e egressos. E, que a grande maioria, destacou, de forma satisfatória as contribuições que a escola oportunizou, pois segundo eles, a inclusão foi a responsável para a aquisição de conhecimentos e a interação social com os demais alunos e professores. A escola ainda apresentou ser um espaço de grandes desafios, nos quais podemos destacar a falta de estrutura, recursos limitados, falta de intérpretes, falta de uma formação de qualidade para os professores, e ainda mais preconceitos por partes dos alunos e, para alguns, o maior desafio é construir a inclusão dentro deste contexto. Por sugestões, os alunos e egressos destacaram que para a escola ser mais inclusiva, são necessárias reformulações em todo o ensino, pois segundo eles, apenas estar matriculados nas escolas, não os fizeram incluídos na política. Pois os desafios mencionados acima, fazem desta política um percalço na vida escolar da pessoa com deficiência. Por fim, os alunos afirmam que a inclusão escolar, auxilia na construção do conhecimento, em que o principal motivo de estar na escola regular atualmente é a tal sonhada autonomia, conclusão do ensino básico e a entrada na Universidade. Portanto, aprender a ler, ter novos horizontes, são destacados pelos alunos como o principal motor que a escola pode oferecer a eles.

Palavras-chaves: Inclusão. Escola regular. Alunos com deficiência. Perspectiva de futuro.

ABSTRACT

Based on the premise, inclusive education is currently one of the greatest educational challenges. And that this research proposes to evaluate the processes of school inclusion in public education in Grajaú, from the perception of students and graduates with disabilities. Inclusion has referred us for years of fighting for rights to a quality education. Thus, during its trajectory, we sought to orient the educational systems for structuring the services and resources of special education, in a way that could complement the regular education, since it was mandatory responsibility of the Education systems. The inclusion of students with disabilities. For the following research, we had as specific: to identify the contributions that inclusion brought to the lives of graduates and students with disabilities; To investigate the main challenges encountered by students and graduates in the school inclusion process; And finally, to point out the suggestions that students and graduates with disabilities formulate to improve the inclusion process. To achieve these objectives, the research was of a qualitative nature, in which semi-structured interviews were conducted with 9 participants. This being, 4 graduates and 5 students, with physical, auditory, intellectual, visual and one with Down syndrome. For these questions, it was used as a theoretical support Quixaba (2011); Quixaba (2015); Alcântara (2013); Brazil (2008) and among others. It was evidenced that the school contributes significantly to the lives of students and graduates. And, that the vast majority, have satisfactorily highlighted the contributions that the school has made, because according to them, inclusion enabled the acquisition of knowledge and social interaction with the other students and teachers. The school also presented a space of great challenges, in which we can highlight the lack of structure, limited resources, lack of interpreters, lack of a quality training for teachers, experienced prejudices by students' parties and, for Some, the biggest challenge is to build inclusion within this context. For suggestions, the students and graduates emphasized that for the school to be more inclusive, it is necessary to reformulate in all the teaching, because according to them, only being enrolled in schools, did not include them in politics. Because the challenges mentioned above, make this policy a challenge in the school life of the disabled person. Finally, the students affirm that the school inclusion, assists in the construction of knowledge, in which the main reason for this in the regular school currently, is this dreamed autonomy, completion of basic education and entrance to the university. Therefore, learning to read, have New Horizons, are highlighted by the students the main motor that the school can offer them.

Key words: Inclusion. Regular school. Students with disabilities. Perspective of the future.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 HISTÓRIA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ONDE ESTÃO OS SUJEITOS?.....	16
2.1 Política da Educação Especial no Maranhão	20
2.1.1 Política Inclusiva em Grajaú	23
2.2 Os sujeitos com deficiência na escola: do “anormal” ao sujeito com “utilidade”.....	28
2.3 Caminhos metodológicos da pesquisa	35
3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM GRAJAÚ: UMA OPORTUNIDADE ALÉM DOS DESAFIOS	38
3.1 Percepções dos alunos sobre a escola	38
3.2 Acessibilidade para além das questões físicas	46
3.3 Perspectivas de futuro em relação à inclusão: “meu sonho é trabalhar”, “A escola dos sonhos [...] É a escola que eu possa ir e possa aprender”, “Professor que saiba libras [...]”	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICES	62

INTRODUÇÃO

Incluir as diferenças em sala de aula, atualmente, é um dos principais desafios da escola contemporânea. Pois a monotonia presente no ensino tradicional que percorre até os dias atuais, não se mostra mais tão eficazes no processo de ensino e aprendizagem. De antemão, hoje se faz necessário entender a complexidade e heterogeneidade presente no âmbito escolar, pois a época exige que a escola reformule suas práticas educativas a fim de conseguir atender a diversidade presente em sala de aula.

Em meios aos grandes debates que regem a inclusão, a reestruturação de um ensino de qualidade é a principal pauta de debates que orientam sobre o processo de uma Educação Inclusiva. Pois durante décadas, a desigualdade social se acentuou de tal forma que a escola se tornou um ambiente de segregação. E é nesta linha imaginária de exclusão, que estão submetidos indígenas, negros e a pessoa com deficiência.

A história da inclusão nos remete a anos de dor, invisibilidade e exclusão social. Pois, quando me refiro à inclusão, tento abranger a todos aqueles que hoje são vítimas do preconceito. Sendo assim, pensar em uma escola democrática, é tentar sonhar em um ambiente em que “todos”, sem “distinção”, consigam ser incluídos. Apesar do objeto de pesquisa ser voltado para a pessoa com deficiência, quando se fala em inclusão, não me refiro apenas à mudança da estrutura da escola como um todo. Coloco em jogo aqueles grupos que estão submetidos na linha da marginalização, onde me recordo do processo de escolarização que fui submetida e naquela época era inexistente a presença de alunos com deficiência naquele espaço.

A diversidade em si é muito difícil de ser debatida. E isso se torna mais forte quando a presença dessa mesma diversidade é negligenciada nos âmbitos sociais, econômicos e políticos. Assim, a falta de representatividade estimula para o esquecimento e a segregação.

Hoje, a educação inclusiva se fundamenta na concepção dos direitos humanos, onde busca a equidade de ensino a todos, procurando rever valores que colocaram nossa sociedade em um grande patamar de preconceitos e rejeição a tudo aquilo que se mostrou diferente aos padrões estabelecidos socialmente. Parece fácil, mas na realidade, o que se encontra são conceitos estruturados e ancorados na população. Fazendo disso, um grande desafio se faz presente quando se pensa em reestruturar conceitos e transformar a sociedade em um ambiente inclusivo.

Assim, não tem como não se lembrar de um processo de colonização pautado na estrutura de conceitos europeus, onde normas e valores foram estabelecidos em um país marcado pela exploração de mão de obra indígena e africana. Mas por que falar nisso agora? Porque quando me refiro a pensar em inclusão, torna-se inevitável pensar na exploração em que o Brasil foi submetido, e que com isso resultou em uma herança de um país altamente preconceituoso e discriminatório.

Portanto, a pessoa com deficiência, só é mais uma parte da população que é estigmatizada, segregada e invisível pelos sistemas que os separa do mundo. E isso pode ser confirmado em suas trajetórias, onde ao longo dos tempos, pois a pessoa com deficiência desde a Antiguidade era considerada aberração e até mesmo portadora de espíritos malignos. Posteriormente com o passar dos séculos, este pensamento foi ficando bem mais estruturado, pois, cada vez mais, foi sendo construída e sustentada a ideia de normalidade. Assim, o “diferente”, o “anormal” – como eram conhecidas as pessoas com deficiência – chegava a ser condenado pelas suas diferenças. Tal fato se sustentou até na Idade Média, por conta da forte influência da Igreja, no qual ter filhos portadores de alguma “diferença” era considerado castigo, sendo muitas vezes condenados pela inquisição.

Com os avanços da Medicina, a deficiência passou a ser olhada como algo oriunda de patologias biológicas, onde o indivíduo precisava de cuidados e, conseqüentemente, tratamentos. É neste contexto que são construídos os grandes manicômios e orfanatos, mas ainda assim, se perpetua a exclusão dessas pessoas na sociedade. Essas pessoas eram levadas a se tratarem longe da população, se mantendo aos cuidados de instituições estatais, enraizando cada vez mais o preconceito na sociedade.

Segundo Neto et al (2018), é no final século XVIII e início século XIX, que surgem as instituições especializadas na educação desses sujeitos. Mas esse período, segundo o autor, ficou marcado pela segregação, em que houve a divisão de instituições voltadas ao ensino. Os alunos eram separados conforme o seu diagnóstico e submetidos ao ensino referente à diferença apresentada aos demais. E nesse contexto, surgem as etiologias como: pessoa com surdez, cegueira, com deficiência física e intelectual, entre outras.

Ainda segundo o autor supracitado, é perceptível nessa fase a distinção de dois momentos: o primeiro que está atrelada a segregação, onde a pessoa com deficiência passou a ser vista por suas patologias, tendo especialistas preparados para atender tal problema. E o segundo, temos a integração, onde há um movimento na década de 1970 em prol da participação da pessoa com deficiência no ensino regular. Mas ainda destacamos que essa

integração não é algo que se assemelhe a proposta da inclusão, pois nesta dinâmica, a pessoa com deficiência é que se ajusta ao ensino.

Diante deste pequeno contexto histórico, dá para entender o porquê da grande problemática existente na questão da inclusão. Os dias atuais só refletem aquilo que já aconteceu há tempos atrás. E é nesse sentido, que a inclusão tenta se afirmar, na tentativa de diminuir ou exterminar a grande segregação vivenciada pela pessoa com deficiência no âmbito social.

Bauman (1998) destaca que toda sociedade produz estranhos, e por consequência, esses estranhos põem risco ao mal-estar da sociedade. Em outras palavras, podemos citar a diversidade presente na atualidade como sendo esses estranhos, onde tudo que se mostra “diferente” é imposto como estranho. Nesse sentido, o estado moderno viu a necessidade de punir, classificar e ordenar tudo aquilo que era contra a ordem. Pensando nessa produção de “estranhos” como pontua Bauman (1998), podemos situar a condição de ser deficiente, negro, mulher, indígena e homossexual nessa lista de estranhos.

Dentro deste contexto, surge a motivação para o presente estudo, levando em consideração dois motivos: a primeira que está relacionada ao Grupo Educação para Diversidade – Educare, que por diversas vezes nos fez pensar na diversidade que iríamos encontrar em sala de aula. As temáticas abordadas nos mais variados textos, trouxeram à tona as discussões sobre a heterogeneidade presente no âmbito escolar. Assim, a participação nos projetos de extensão e nas pesquisas, foi fundamental para concretizar o desejo de pensar na reestruturação de um ensino de qualidade para todos.

O outro motivo era algo bem antigo, que até então não era um desejo, mas uma admiração pessoal. Aqui me refiro às experiências vividas com uma deficiente física, vítima de uma paralisia cerebral que, despertou em meu mais profundo ser, indagações referentes às práticas inclusivas em Grajaú – MA e como ou se as mesmas estavam sendo aplicadas. As oportunidades de ouvir as experiências de uma pessoa com deficiência fizeram com que aguçasse o desejo e a curiosidade de analisar como os alunos e egressos avaliam as práticas inclusivas, e se essas práticas ajudam em suas construções educacionais.

Em momentos de conversas pude observar como a educação inclusiva despertava nela a oportunidade de vencer os obstáculos e aprender a ler, bem como ingressar em uma Universidade, pois era um dos principais motivos que sempre a estimulou. Pensando por esse viés e com os conhecimentos adquiridos durante a vida acadêmica, foi perceptível entender, como o processo de inclusão é, atualmente, um dos maiores desafios educacionais.

A escola sempre foi um local que gera o desenvolvimento do conhecimento e que contribui para a transformação do indivíduo para o futuro mercado de trabalho, assim é perceptível entender a importância do espaço no que diz respeito à socialização, onde esses alunos consigam manter relações com as demais pessoas. Com isso, surgiu a seguinte indagação: a escola é de fato um espaço inclusivo?

É bem verdade que, às vezes, a escola não consegue exercer o seu papel democrático, respeitando as diferenças contidas nelas. Com isto, é necessária que possamos reconhecer o indivíduo dentro de suas limitações, assim devemos fazer dessas limitações novas possibilidades de ampliar esse espaço fazendo dele um lugar sociável e apto para o processo de ensino-aprendizagem.

Quixaba (2015) destaca que na escola se constrói o fortalecimento das práticas culturais, no qual se observa a “cristalização” do imaginário que inclui ou exclui. Assim, para a autora, é no âmbito escolar que devem ser estabelecidas inicialmente ações inclusivas, uma vez que é o principal motor das centralizações das ações da sociedade e que a partir dela, práticas inclusivas poderão mudar os rumos para uma sociedade inclusiva.

Em meio a tantas discussões, a Educação Inclusiva, ainda encontra vários desafios, seja ela em sua aplicabilidade, como também em tentar constituir na sociedade, espaços inclusivos. Contudo, podemos citar também avanços grandiosos nesse processo, uma vez que a política inclusiva veio a possibilitar a esses alunos a oportunidade de ensino. É notório observarmos irregularidades em sua aplicabilidade, onde a estrutura das escolas, falta de materiais, falta de apoio aos professores, etc., tudo influencia na má situação em que se encontram as escolas brasileiras.

Por conseguinte, a viabilidade da escola ainda é uma das grandes barreiras encontradas pela pessoa com deficiência, por esse motivo, percebo que apenas o fato de frequentar a escola não faz desses alunos indivíduos incluídos, pois o preconceito ainda é um dos fatores que mais penetra no espaço escolar, além da falta de políticas públicas aplicadas, fazendo com que esses alunos ao invés de incluir se sintam excluídos. Dessa forma, acredito que a escola deve ser a primeira a fazer dela um espaço inclusivo, ajudando a superar os preconceitos encontrados pelas pessoas com deficiência que por muitos anos teve seus direitos negados. Assim, aceitar a diversidade em sala de aula é fazer com que o indivíduo sinta-se capaz de aprender e capaz de desenvolver suas habilidades.

Por este motivo, para entender as diferentes experiências vividas por cada egresso e aluno com deficiência de Grajaú – MA, a pesquisa tem como objetivo geral: avaliar os

processos de inclusão escolar no Ensino Público de Grajaú – MA, a partir da percepção dos alunos e egressos. Fez-se necessário, também, especificamente: identificar as contribuições que a inclusão trouxe para a vida dos egressos e alunos com deficiência; investigar os principais desafios encontrados pelos alunos e egressos no processo de inclusão escolar; e por fim, apontar as sugestões que os alunos e egressos com deficiência formulam para a melhoria do processo de inclusão.

Durante a produção do projeto, de início pensei em pesquisar apenas egressos por conta da experiência já relatada aqui. Mas durante a pesquisa de campo, consideramos interessante fazer uma avaliação entre os dois grupos. Ou seja, incluímos nesse processo a experiência dos alunos com deficiência que estão matriculados em algumas escolas públicas do município, assim essa mudança traz a expectativa de entender como os egressos e alunos foram recebidos nas escolas regulares do município.

O confronto das falas de cada sujeito que serão apresentadas nos capítulos seguintes, é mais uma forma de entender como a inclusão é recebida por essas pessoas. Por sua vez, a inclusão se mostra como revolução entre a face da exclusão, em que a oportunidade de estar inserido em um ensino regular, proporciona a visibilidade dessa parte da população.

Por este motivo, entender a inclusão é refletir sobre as barreiras que são impostas ao “outro”. Logo, que na medida em que emerge uma política voltada para a diversidade é porque essa mesma diversidade é colocada de lado, vivendo na linha imaginária da segregação. E neste contexto, a “educação e inclusão se constituem nessas redes, micropolíticas, em fluxos e devires inscritos em regimes de verdade e relações de forças [...]” (ELZIRILK, 2005, p. 22). Sendo assim, pensar e agir em uma inclusão social é antes de tudo, reformular novos conceitos e tentar dizimar as várias formas de exclusão que nos foram impostas.

É necessário estarmos atentos ao olhar sensível que nos remete a “Educação para todos” proposta pela constituição de 1988, onde a mesma se mostra desafiadora quando pensamos nesse “todo”. Pois o todo muitas das vezes é deixado de lado, onde foi criado um padrão de aluno, que serve moldes na tentativa de alinhar aqueles que se mostram diferente.

2 HISTÓRIA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ONDE ESTÃO OS SUJEITOS?

Em âmbito nacional, as primeiras tentativas educacionais para as pessoas com deficiência aconteceram em 1857, com a criação do Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), situado no Rio de Janeiro, na época capital do país. Mas apesar dessa primeira tentativa, o serviço só assegurava de cuidados básicos, uma vez que o processo de escolarização no período colonial não abrangia a toda população brasileira, ficando apenas concentrado na elite da época.

Historicamente falando, a educação especial remonta a tempos antigos de nossa sociedade. Onde muitas das vezes suas discussões se mantiveram inertes. Essa história já foi contada por vários autores (ALCÂNTARA, 2013). Interessa para esta pesquisa as mudanças que ocorreram a partir da década de 90, onde se percebeu uma maior preocupação com a temática, uma vez que a declaração de Salamanca (1994) veio a destacar um olhar mais sensível para a pessoa com deficiência.

A Educação Especial no Brasil nos remete a grande trajetória de lutas e debates, na tentativa de ampliar ainda mais as discussões e possibilitar uma educação de qualidade para as pessoas com deficiências. Essas pessoas que, historicamente, foram lesadas em seus direitos, no qual muitas delas eram abandonadas e consideradas como ineficientes.

Segundo Alcântara (2013), a história da Educação Especial em âmbito nacional, tem pontos destacados desde início do século XIX, mas, apenas na década de 60 do século XX, foi que o estado compreendeu que a educação especial estava ligada nos deveres do deste com a sociedade. É a partir de então que se esboçam políticas públicas a fim de resolver os problemas da educação para a pessoa com deficiência.

O que se percebe, é que essa educação especial foi apenas pensada para alunos que apresentam uma diferença em relação aos demais, uma vez que era necessário uma ajuda fora do ensino regular. Na década de 90, o Brasil sente a necessidade de se preocupar em uma educação inclusiva, ao concordar com a declaração de Jontiem, afirmando que era necessário que esses alunos necessitavam ser incluídos e que a partir desse momento, a atenção estaria voltada à escola, e não mais a deficiência.

Assim, a concepção da Educação Especial busca superar a visão de um caráter substitutivo Especial ao ensino comum, assim como a organização de espaços educacionais planejado para a realização do AEE (Atendimento Especializados Educacional), para assim

contribuir a efetivação da garantia de acesso aos alunos a educação comum. Desta forma, criaram-se políticas capazes de assegurar o direito da matrícula ao ensino regular confirmando que as pessoas com deficiência “possuem condições de acompanhar e desenvolver atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (BRASIL, 1994, p.19).

O que se percebe então é que mesmo com esse direito sendo assegurando, ainda há muitos alunos fora desse sistema, onde essa inclusão não passa apenas de uma integração no meio escolar. Entretanto, é possível notar que a pessoa com deficiência é que deve se adaptar às mudanças, uma vez que os sistemas educacionais carregam a dificuldade em incluir esse aluno. Assim, integrar esse aluno tornou-se bem mais fácil que incluir.

Portanto, vários autores nos destacam a importância da inclusão ao longo dos anos, pois apesar do desafio, é um processo que possibilita essas pessoas a inclusão social, no qual é necessário que a sociedade crie ferramentas necessárias para que essas pessoas consigam alcançar a tal autonomia, pois segundo Sasaki (1997) *apud* Jesus (2005) a inclusão deriva da inclusão social em que para ele,

Conceitua-se a Inclusão Social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1997, *apud* JESUS, 2005, p. 3).

O que nos mostra Jesus (2005) é que essa inclusão ainda perpassa por um processo bilateral, no qual a ideia da política se firma em uma educação para todos, entretanto, a mesma se efetiva de modo contrário, porque se percebe que é necessário que a sociedade também crie mecanismos inclusivos, logo que entende-se a importância de uma mudança, também, nas estruturas sociais, uma vez que é desta que surge historicamente um processo de rejeição sobre a pessoa com deficiência. Desta forma, a diferença é a principal ferramenta do processo de exclusão, assim como nos remete Michel Foucault (1991, p. 74 *apud* PADILHA, 2000, p. 204) apontando que “no instante mesmo em que ela [a sociedade] diagnostica a doença, exclui o doente”. Então, surge a necessidade também, de uma inclusão social, para que assim, a sociedade venha se tornar inclusa.

Mesmo com algumas medidas tomadas asseguradas em lei, ainda resta muita coisa a ser mudada, mas vale ressaltar a importância da militância que vem ocorrendo durante

anos para que essa política venha ser cumprida de forma igualitária, levando a todos uma educação de qualidade.

Analisando a legislação dos direitos da pessoa com deficiência no ensino regular, houve um marco histórico relevante ao seu ingresso no ensino comum. Uma vez que ficou declarada a importância desses alunos no ensino regular, assim conforme (BRASIL, 2008, p. 03), segue:

- A obrigatoriedade da matrícula dos alunos, público-alvo da Educação Especial, na escola comum do ensino regular e da oferta do atendimento educacional especializado – AEE.

- A função complementar ou suplementar do atendimento educacional especializado e da Educação Especial, como área responsável pela sua realização.

- A conceituação do público-alvo da Educação Especial, a definição dos espaços para a oferta do atendimento educacional especializado e o turno em que se realiza.

Assim, o parecer CNE/CBE 13/2008 tem a finalidade de promover uma transformação no sistema educacional, oferecendo recursos e acessibilidades para que esses alunos possam ter as condições necessárias para a sua permanência na escola. Nesse contexto, a educação inclusiva, estava pautada pelo imperativo de mobilização social, sobre um viés de reconhecimento de que esses pudessem ter um direito assegurado.

Com isso a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, veio para dar suporte ao ensino regular, fazendo com que esses alunos passem a ter a mesma oportunidade de ingresso e garantindo ao acesso e aprendizagem e a permanência do aluno com deficiência.

Dessa forma, essa política além de visar atendimento à pessoa com deficiência no ensino regular, destaca também a importância de novas efetivações no ensino educacional, assim como reformas em suas estruturas, além da implementação de salas especializadas, que em conjunto com o ensino regular, tinha o intuito de aumentar ainda mais o ensino aprendizagem do aluno com deficiência.

Tomando base na Declaração de Salamanca, que destacava a necessidade de uma educação inclusiva, observamos que essas políticas executadas no contexto brasileiro, visavam de certa forma a autonomia do sujeito, já que o mesmo sofria discriminação por sua “anormalidade” imposta pela sociedade. Todavia, essa política caminha para dar subsídios necessários para o seu desenvolvimento escolar.

Neste sentido, destaca-se o CONEB/2008 e CONAE/2010, no qual Silva (2015) pontua que o debate veio a se intensificar com as Conferências Nacionais de Educação, na perspectiva de assegurar aos alunos uma educação inclusiva desde a educação básica até ensino superior.

Silva (2015), em sua pesquisa, aponta que há cerca de 45,6 milhões de pessoas com deficiência, o que corresponde a 23,92% da população brasileira (IBGE, 2010), um número bastante expressivo, no qual nos leva a pensar como esta política de educação inclusiva está sendo aplicada. Será se chega a todos? Onde a grande maioria desses deficientes está? O plano Educacional Brasileiro está efetivando a política da Educação Inclusiva?

São questões como essas, que nos colocam a pensar em uma educação igualitária que chegue a todos os alunos, sendo eles com deficiência ou não, mas que tenha como objetivo final o respeito à diversidade de todos os educandos.

Segundo as estatísticas apresentadas pelo censo escolar de 2017, por volta de 57,8% das escolas brasileiras possuem alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, incluídos em classes comuns entre 4 a 17 anos. Em 2008, esse percentual era de apenas 31%, um acréscimo otimista no que se refere ao ingresso desses alunos na educação básica. Ou seja, entre nove anos obteve um acréscimo de 13,9%, no que se tange a entrada de alunos com deficiência nas escolas regulares.

Sobre as matrículas em classes especiais, os dados obtidos de alunos com a mesma faixa etária de 4 a 17 anos em 2013 a 2017 houve uma queda. Em que 2013 o número de matrículas eram de 14,5%, enquanto em 2017, o número passou para 9,1%, assim, observamos pelas estatísticas uma queda, ou seja, um declínio de 37,2 % no que se refere às matrículas de classes especiais. Ou seja, os alunos com deficiência estão cada vez mais ocupando salas do ensino regular. Um resultado otimista porque nos faz acreditar que a educação para esses alunos demonstra um refúgio do anonimato e assim eles passam a buscar a sua autonomia.

Com efeito, o que se percebe é que nosso sistema educacional tem tentado mudar o rumo da educação especial, fazendo com que esta tenha seu caráter inclusivo e efetivo. Muito já foi alcançado, mais há muito ainda o que se fazer desde suas estruturas no ensino, como nas estruturas da escola, até nas formações de professores que versem sobre a diversidade.

2.1 Política da Educação Especial no Maranhão

Compreendendo a problemática que gira em torno da educação referente à exclusão. É notório afirmamos que sua história de desigualdade é fruto de um longo processo de construção de um país marcado por preconceito e invisibilidade a população indígena, negra e as pessoas com deficiência. Dentro deste contexto, a exclusão em âmbito educacional nada mais é que um pequeno problema que surgiu em referência as estruturas desiguais que cada vez mais cresce em nosso país.

Nessa perspectiva, a inclusão social é fruto de uma tentativa de agregar a mobilidade social com objetivo de minimizar a exclusão existente na sociedade. Fazendo com que vários setores venham a receber pessoa com deficiência que até então não ocupariam um lugar de prestígio na sociedade. Assim, a educação ficou redirecionada em Leis e Decretos a responsabilidade de inclusão, uma vez que é direito pleno de todo cidadão a garantia de um ensino de qualidade. É por esse viés, que medidas ao longo do tempo foram tomadas para dar oportunidade a pessoa com deficiência, na tentativa de incluir e tirar do anonimato indivíduos que ao longo dos anos só foram vistos pela sua diferença.

Declaramos, todavia, que sua diferença não foi esquecida, pois mesmo incluído no ambiente escolar, o aluno com deficiência ainda é “outro”, o diferente (ALCÂNTARA, 2015). Desta forma, compreender a educação como um direito para todos é reafirmar o acesso de um ensino de qualidade, que abarque as diferenças e que possibilite ao aluno autonomia, posição e interação social.

As diversas literaturas sobre a Educação Especial no Maranhão afirmam que esta inicia em 1962 pela iniciativa privada, com um público de deficientes mental e surdos, no qual veio resultar em 1964 na criação da Escola de Cego do Maranhão. Assim, apenas em 1966 é que se tem no Maranhão a primeira iniciativa no âmbito da Educação Pública com a criação do Projeto Plêiade, no ano de 1969, que visava promover a educação de jovens e adultos excepcionais.

Porém, observa-se um aspecto agravante, pelo fato do Maranhão ser um estado da região nordeste, se localiza uma exclusão geopolítica ainda maior, assim como enfatiza Alcântara (2013). Assim, o ensino Especial no Estado do Maranhão passou a ser efetivado apenas em 1969, pela portaria nº423/69. O que se percebe é que em âmbito nacional a discussão na área estava cada vez maior, mas no estado maranhense o que se contatava era um

número ainda muito pequeno em relação às matrículas, visto que era visível observar um elevado número de entidades privadas-assistenciais.

Diante da criação da Educação Especial no estado, foi observada a forte presença da iniciativa privada em função do cuidado dos excepcionais, uma vez que a Rede Pública do Estado não oferecia esses serviços em escolas especiais (CARVALHO; BONFIM, 2016). Perante isto, em 1977 temos a expansão do Projeto Plêiade para o interior do Estado, abrangendo quatro municípios na tentativa de alcançar um maior número de aluno com deficiência do estado.

Contudo, em 1978 nasce a seção de Educação Especial regulamentada pelo decreto 6.838/78 substituindo assim o Projeto Plêiade. Desta forma, podemos afirmar conforme (CARVALHO; BONFIM, 2016), que a Educação Especial no Maranhão tem seu marco inicial pela iniciativa estadual, que logo depois passou a municipalização.

Analisando de forma geral o percurso da Educação Especial no Estado, vemos uma tentativa de conseguir abranger um maior número de atendimento educacional, pois surge em 1989 um movimento nacional pautado na constituição de 1988, que ficou a cargo de cada estado brasileiro elaborar maneiras e projetos voltados aos alunos com deficiência, levando como critério base as necessidades e peculiaridades de cada localidade. Portanto, em 1889, cada estado era responsável por reescreverem suas constituições. Assim, no Maranhão segundo Quixaba (2011, p. 58):

Foi acrescentado no artigo 223 à estimulação precoce no ensino profissionalizante. O artigo 223 da Constituição do Estado do Maranhão, na seção 1, que trata da educação, apresenta o seguinte texto: o Estado e Municípios garantirão o ensino obrigatório em condições apropriadas para os portadores de deficiência física, mental e sensorial, com estimulação precoce e ensino profissionalizante.

Alcântara (2013) pontua que a formação dos professores naquela época se mostrava ineficiente, que até o XX houve uma baixa de investimento no que diz respeito aos cursos especializados para que esses profissionais viessem a somar com esse tipo de atendimento. Assim, observa-se na pesquisa de Alcântara (2013), uma necessidade em ampliar cada vez mais os debates na temática em questão, analisando como se comporta a transversalidade histórica entre Educação Especial e Políticas Públicas.

O Plano Estadual de Educação do Maranhão (2014) aponta que cerca de 24, 97% da população maranhense apresenta algum tipo de deficiência, ou seja, cerca de 1.641.404 são deficientes. Um número relevante no qual nos faz reforçar sobre as devidas mudanças que precisam acontecer no campo educacional. Mas não me refiro apenas pensar em uma escola

inclusiva, só a coloca a este patamar, por apresentar a pessoa com deficiência a oportunidade de um ensino em que consiga subsídios para ingressar em uma Universidade e conseqüentemente, uma estabilidade financeira. Mas para incluir precisa muito mais que apenas mudanças no campo educacional, me refiro a mudanças arquitetônicas na sociedade, capazes de acolher aqueles que só eram vistos perante sua “anormalidade”.

Conforme o Censo Escolar de 2012, representado pelo Plano Estadual de Educação do Maranhão (2014), a rede estadual de ensino tinha um quantitativo de matrículas de pessoas com deficiência no total de 2861 alunos inclusos e com um quantitativo de 871 alunos com deficiência matriculados em salas exclusivas/especiais. Dados estes, expostos do Plano Estadual de Educação do Maranhão (2014), no qual observou-se um aumento gradativo de alunos matriculados em salas regulares. Assim, deriva pensar sobre as práticas inclusivas em que esses alunos encontram nas escolas, onde o âmbito escolar antes de receber esses alunos deve ter todo um planejamento pedagógico para conseguir atender esse público alvo.

Ainda conforme o censo escolar de 2016, as regiões norte e nordeste apresentam um número maior de matrículas de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídas em classes comuns, com 94,3% e 90,7% respectivamente em relação às demais regiões do Brasil. Um marco interessante, pois mostra como a luta ao longo dos anos vem favorecendo a entrada desses alunos no ensino regular, uma vez que apenas o atendimento especial não conseguia abarcar todo um contexto escolar. Assim, incluir alunos com deficiência dentro de uma escola regular é propiciar a ele uma interação entre os alunos sem deficiência.

Segundo o Censo Escolar de 2017, as matrículas de alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades na educação básica brasileira entre alunos com 4 a 17 anos de idade tiveram um acréscimo gradativo. Pois conforme a pesquisa, entre 2013 e 2017 as matrículas em classes comuns passou de 85,5% em 2013 para 90,9% em 2017.

Outro crescimento está no que se refere às Salas de Atendimento Educacional Especializado o (AEE), pois segundo os dados, em 2013 apenas 35,2% de alunos estavam frequentando o AEE, assim em 2017, passou para 40,1%. Esse aumento significa dizer que em torno de 40,1% de alunos com algum tipo de deficiência estão incluídas nas salas de Atendimento Educacional Especializado e em conjunto frequentando as salas regulares, ou seja, em conjuntos com as classes comuns, o AEE é um elemento primordial para a promoção

do aluno com deficiência, atendendo assim, as suas necessidades e contribuindo com o ensino e aprendizagem.

Levando em consideração esses dados atuais do INEP (2017), constatamos que o aumento de matrículas e acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma resposta ao movimento de pesquisadores que ao longo dos anos se propuseram em estudar e colaborar com a Educação Inclusiva no Brasil. Pois não basta decretar Leis, Decretos e Pareceres se a comunidade em geral não se disponibiliza a olhar a causa com sensibilidade. Pois a garantia a todos a um ensino e acesso de qualidade só é reforçada quando esses direitos são garantidos. Pois segundo o PEE do Maranhão (2014, p.10), acrescenta que,

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008 orienta os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação garantindo: transversalidade da Educação Especial; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização; formação de professores e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; acessibilidade; e articulação Intersetorial.

Assim, em consonância com a Política Nacional da Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008, é necessário encontrar medidas para que as escolas consigam dar a maior acessibilidade para os alunos com deficiência. Uma medida que deve ser estabelecida pelo Plano Estadual de Educação, no qual deve garantir aos alunos sua permanência nas escolas.

Desta forma, na implementação de uma proposta da Educação Inclusiva é necessário que gestores, professores, secretários e toda a comunidade escolar em geral reformule suas práticas pedagógicas, para que assim, consigam atender a heterogeneidade existentes nas escolas do Brasil. Contudo, sabemos que os esforços travados ao longo dos anos foram primordiais para o ingresso desses alunos em salas de aula. Mas complemento, que fora isso, os maiores desafios da inclusão são referentes à acessibilidade e oferecimento de recursos e serviços de apoio, pois a partir do momento em que esses recursos estejam disponíveis a todos e em todas as escolas, o quadro estadual, municipal e nacional terá uma nova fase em relação à inclusão educacional.

2.1.1 Política Inclusiva em Grajaú

O município de Grajaú é marcado historicamente por conflitos étnicos no qual já foi destacado na pesquisa de Alcântara (2015). Dentro desse contexto de conflitos, se perdura

por mais de 207 anos a intolerância, o preconceito e a discriminação. São fatos como estes que não se diferem do âmbito nacional, no qual grupos são minimizados e inferiorizados em um país marcado pela desigualdade.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca que no censo de (2010), no município, vivem mais de 62 mil habitantes. No que diz respeito ao contexto da pesquisa, contabiliza-se cerca de 15 mil habitantes que apresentam algum tipo de deficiência, sendo na sua maioria deficiências visuais, auditivas e motoras. Para entender um pouco sobre o processo de inclusão escolar em Grajaú, foram necessárias algumas visitas à Coordenação da Educação Especial do município. Assim, segundo esta, a triagem realizada em 2018, constatou um total de 362 alunos que apresentam algum tipo de deficiência. Dados estes que correspondem aos alunos que estavam incluídos em alguma das escolas do município como também atendidos pela APAE.

Em 2013, foi implantado em Grajaú – MA o modelo atual do sistema AEE (Atendimento Educacional Especializado), na tentativa de atender ainda mais as necessidades encontradas no município acerca da presença de alunos com deficiência nas escolas, assim foram implantados quatro polos distribuídos entre os bairros: Centro, Canoeiro, Extrema, Expoagra e Vila Nova. Silva (2015) destaca que foi necessário em 2013, o mapeamento de alunos que fossem atendidos pelo AEE, o que foi possível observar, um grande aumento de matrículas, fazendo com que se contratasse mais profissionais para essa área, expandindo os atendimentos até as escolas rurais do município.

As salas de Atendimento Educacional Especializados têm o objetivo de complementar a inclusão no ensino regular. Assim, visa “[...] elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 14). Conseqüentemente, a presença dos alunos nas duas modalidades é imprescindível para sua aprendizagem.

Segundos dados cedidos pela Coordenação da Educação Especial do município, no ano de 2018 contabilizou-se cerca de 17 salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE, no qual atendem um total de 111 alunos. No que concerne a inclusão de alunos com deficiência, o município de Grajaú não se difere das discussões apresentadas em âmbito nacional, pois a inclusão ainda encontra muitas dificuldades em suas aplicabilidades. Mas, destaco que, mesmo com as dificuldades encontradas, o município tem buscando soluções e

maneiras capazes de dar aos alunos com deficiência um ensino de qualidade, ou que pelo menos se assemelhe a tal objetivo.

Na tentativa de dar aos alunos mais acessibilidade e garantir a permanência dos mesmos nas escolas do município, uma vez por ano, a Secretaria Municipal de Educação tem feito os mapeamentos para entender quais as principais dificuldades e maneiras para tentar chegar ao menos perto de uma educação inclusiva. Assim, foram observadas nos registros apresentados pela coordenação, algumas escolas que atualmente disponibilizam Salas de Atendimento Educacional Especializado na zona rural. Desta forma, foram destacadas pela coordenação as referidas escolas das zonas rurais com salas do AEE nos seguintes povoados:

- E.M Santa União – Povoado Aldeia Velha
- E.M Euclides Cunha – Povoado Flores
- E.M Santo Antônio – Povoado alto do Coco
- E.M Pastor José Pires – Povoado Vera Cruz
- E.M Rufino Sobrinho – Povoado Emburuçu
- E.M Pedro Paulo Abreu – Povoado Sitio do Meio
- E.M Gonçalves Dias – Povoado Tamboril
- APAE – extensão de Grajaú/MA na E.M Ornilo Jorge – localidade Alto Brasil.

A coordenação, por sua vez, não apresentou o quantitativo de alunos por escola. Mas, percebemos a tentativa de ampliar os recursos para que mais alunos consigam ter acesso à educação e à inclusão. Sobre as escolas da zona urbana, não apresentaram a relação das que implementaram turmas do AEE. Ainda na visita, destacaram que atualmente a coordenação disponibiliza de parcerias para um melhor acompanhamento dos alunos com deficiência. Eles não relataram o número de alunos atendidos pelos programas e parcerias, mas apresentaram algumas das parcerias para o atendimento deste público alvo:

- Centro de Referência Assistência Social – CRAS
- Centro de Atenção Psicossocial – CAPS
- Centro de Reabilitação Fisioterapêutica - Hospital Itamar Guará
- Residência de Acolhimento Inclusiva para Deficiente Intelectual Múltiplas
- Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS

- Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES
- Unidade de Acolhimento Institucional – Casa Lar
- Programa Novo mais Educação;
- Programa Novo mais Alfabetização – PMALFA;
- Melhor em Casa.

Sobre as parcerias apresentadas acima, destacamos a importância do atendimento que hoje a secretaria disponibiliza para os alunos com deficiência em Grajaú, onde a escolha dos alunos que são atendidos por cada parceria depende da necessidade de cada aluno. Em relação a este último, a secretaria enfatiza que, nem todos os alunos matriculados, hoje, necessitam desse atendimento. Várias ações são disponibilizadas pela secretaria, em parceria com o governo federal, onde alguns alunos matriculados no ensino regular participam de programas voltados para a alfabetização, como foram destacados o Programa Novo Mais Educação e o Programa mais Alfabetização.

A secretaria ainda dispõe de uma equipe multidisciplinar para o atendimento dos alunos matriculados no município com um quadro de profissionais tanto ligados a área da educação como da saúde, sendo estes: Psicopedagogo, Assistente Social, Neurologista, Psicólogo, Pedagogo, entre outros. Não foi fornecido pela coordenação o número de professores que atuam no AEE e muito menos os professores de Libras que o município disponibiliza para o atendimento dos alunos com deficiência auditiva.

A inclusão é muito desafiadora e, na contemporaneidade, isso fica bem mais evidente. Muito já foi alcançada, pois a obrigatoriedade de matrículas de pessoas com deficiência é uma grande vitória. Mas, apesar da crescente presença desses alunos na Educação Básica hoje em dia, é nítido percebermos que apenas a presença dessas pessoas não significa dizer que a inclusão tem sido efetivada.

Foi exposto tanto na pesquisa de Silva (2015) como na de Ribeiro (2016), que as barreiras da inclusão se mostram claras e excludentes. Apesar disso, a inclusão não é apenas uma dificuldade municipal, pelo contrário, abrange esferas estaduais e federais como vimos outrora. Mesmo com esses dilemas, notadamente se percebe como o número de matrículas tem aumentado ao longo dos anos no município. Só na pesquisa de Ribeiro (2016), no ano de 2015-2016, o atendimento educacional especializado chegou a atender um total de 88 alunos. Levando em consideração aos dados apresentados pela Coordenação da Educação Especial,

só em 2018, cerca de 111 alunos foram atendidos pelo AEE e estão incluídos nas escolas regulares do município.

Um das principais metas expostas no Plano Nacional de Educação (2014) é a importância da universalização do acesso à Educação Básica. Nesse sentido, eles reforçam a importância de melhorias para que possam garantir o acesso e o atendimento educacional especializado para a pessoa com deficiência. Todavia, o PNE esclarece que para alcançar tais metas, só será possível por meio da educação inclusiva. Assim, para tal acontecimento a escola deve possuir em sua totalidade a garantia de matrículas, uma vez que a mesma precise dispor de salas de recursos multifuncionais, acessibilidade, apoio aos pais e alunos com deficiência e um quadro de professores capacitados para atender o público alvo.

Apesar das discussões acerca a política inclusiva no Brasil estarem tomando bastante espaço, faz-se necessário ainda mais estudos e discussões em âmbito no município de Grajaú – MA. É neste contexto que pretendo trabalhar, a fim de aumentar cada vez mais a visibilidade desse campo de discussão no nosso município, para que mais pessoas se preocupem com a temática.

O município de Grajaú já tem mostrado seus passos rumo à inclusão, porém muita coisa ainda precisa ser feita, tanto nas estruturas das escolas, como também na formação docente. Pois fica perceptível que no município, poucos profissionais docentes têm uma formação continuada e específica que versem sobre a diversidade e a inclusão de alunos com deficiência. O que me incentiva é fazer desta pesquisa oportunidades para esses alunos mostrarem suas concepções deste ensino, no qual é visível e observável como a política inclusiva oportuniza aos alunos, a garantia do acesso ao ensino regular, mas que ainda carece de discussões para que essa política venha se efetivar cada vez mais no âmbito nacional, a fim de buscarmos um ensino de qualidade para todos.

É pensando em uma escola democrática que abranja a diversidade humana que, mais a frente, serão analisados os discursos dos egressos e alunos com deficiência sobre o processo de escolarização dos mesmos, no município. Diante dos dados expostos, apresentados pela Coordenação de Educação Especial de Grajaú, observamos como as discussões acerca da Educação Inclusiva têm surtido efeito. Mas, apesar dos grandes avanços, a escola em sua totalidade ainda não é “inclusiva”. Pois, a despeito do aumento do número de matrículas e a presença de alunos com deficiência em seu espaço, o processo de segregação ainda é evidente. É pensando nesta problemática que conheceremos nas falas de cada egressos e alunos, como o processo de inclusão influenciou na vida de cada um.

2.2 Os sujeitos com deficiência na escola: do “anormal” ao sujeito com “utilidade”

As pessoas com deficiência sempre encontraram em sua trajetória dificuldades, desde sua conquista por direitos escolares de qualidade até a sua ascensão na sociedade. Desde os primórdios essas pessoas eram vistas como inúteis e sem prestígio nenhum perante a sociedade. Caminhos foram percorridos e é em meados de 90 que surge então a primeira tentativa de inclusão, com a Declaração de Salamanca, que declarava que todos tínhamos os mesmos direitos e foi nesse contexto que se observou um crescente número de pessoas que defendia essa política de “acolhimento” inclusivo.

Ao discutirmos sobre a educação para pessoas com deficiência na sociedade brasileira, nas grandes literaturas, a deficiência não era um assunto recorrente. Em decorrência do desenvolvimento do ensino primário no Brasil em meados do século XX, foi que se percebeu a necessidade de acolher também esses sujeitos. Para Marquazan (2007), essa proposta inicial veio a atender uma pequena parcela que poderia ter sua mão explorada, ou seja, só passou-se a perceber essas pessoas com “utilidade” a partir do momento em que viram que o “ineficiente” poderia se tornar um trabalhador e que a escola poderia ajustar para tal uso.

A Educação Especial no Brasil veio ganhando campos de discussão nos séculos XVII, assim aqueles que apresentavam qualquer tipo de deficiência, eram rotulados como deficientes e é aí que nasce o termo “deficiente físico”. Forgiarini (2012) destaca que no Brasil essa invisibilidade era fortemente marcada, como no caso da constituição de 1823, no qual as pessoas com deficiência tiveram seus direitos negados e assim não poderiam participar da vida política.

Anos mais tarde, aconteceu a tentativa de fazer com que essas pessoas tivessem padrões de vida próximos das pessoas “normais”. No século XIX, observa-se um olhar mais sensível a esse campo de debate, pois com a criação do Instituto do Menino Cego no Rio de Janeiro é que se percebe uma preocupação com os direitos dessas pessoas. E daí, surge a proposta de uma educação diferenciada para as pessoas com deficiência, no qual é entendida por um conjunto de métodos e técnicas que visam atender a esses sujeitos nas classes comuns. Assim, destaca Scheid (2007, p.33) que a Educação Especial nesta época,

[...] pretende ordenar a desordem originada pela perturbação dessa outra invenção, dessa outra fabricação, dessa outra produção que chamamos habitualmente de ‘anormalidade’, dessa outra invenção, fabricação e produção que nomeamos como os ‘anormais’.

A Educação Especial veio com um viés de normalizar o que era considerado errado, ordenando o que estaria em desordem, como se a pessoa com deficiência necessitasse de um tratamento que a deixasse útil perante a sociedade. A escola passa a ter a obrigatoriedade de postular normas em que o “anormal” consiga se adequar a sociedade dita “normal”. É neste cenário que cresce o discurso da inclusão, pois ela só nasce em um contexto de normalização, onde os sujeitos com deficiência necessitem ser incluído por não conseguirem ter a mesma competência das pessoas sem deficiência. São esses fatores de risco, onde a “ineficiência” da pessoa com deficiência é postulada, pois a partir do momento em que cria categorias para definir as pessoas entre “útil” e “inútil” é que tem a necessidade de amparar por políticas públicas uma quantidade de pessoas que necessite de cuidados diferenciados.

Lasta e Hillesheim (2011) destacam que na modernidade, foi necessário “produzir sujeitos autogovernados”, onde a escola assume um papel de autocontrole para diminuir os riscos da sociedade. O sujeito que é incluído dentro do âmbito escolar diminui o risco para a sociedade, pois as políticas públicas surgem como [...] dispositivos biopolíticos a serviço da segurança das populações [...]” (LASTA; HILLESHEIM, 2011 p. 101).

Mas a partir do momento, em que a escola passa a considerar a diversidade e as diferenças dentro do contexto escolar, observa-se uma mudança em relação a educação especial, no qual passa a se pensar em métodos que consigam entender as diferentes formas de aprendizagem. É nesse contexto, que se percebe um olhar mais sensível para atender todas essas particularidades, possibilitando que esses sujeitos possam ter subsídios necessários para permanecer no ensino regular. Todavia, ao se falar em inclusão foi necessário desenvolver saberes sobre essas pessoas, pois seria bem mais fácil trazer para perto esse diferente, do que o excluído. A normalização do sujeito deficiente só poderia ser postulada quando realmente conhecesse a capacidade da norma sobre a governamentalidade¹ do corpo deficiente.

Ainda segundo Lasta e Hilleshiem (2011), a inclusão se torna um mecanismo de comportamento a favor do Estado, no qual cria políticas públicas a fim de governar e ordenar o “anormal”, criando casos em que o mesmo consiga se agrupar. Perante isto, a inclusão escolar é apoiada na igualdade na busca de uma educação para todos classificada em vários documentos oficiais. Neste caso, a escola vem como peça chave na implementação dessa política, pois o sujeito diferente e anormal agora tem bases legais para integrar e participar do processo de escolarização.

¹ Segundo Lopes (2011), é um conjunto de manifestações de governamentalização do Estado Moderno, em que o objetivo máximo é sustentado na ideia de proteção a população.

Sardagna (2013) descreve a inclusão escolar como uma estratégia biopolítica, em que a intenção nada mais é do que a regulamentação de vidas, em que toda a população está submetida a esses critérios de ordem. São esses tipos de ordem que no século XIX e XX foram questionadas pela pedagogia corretiva. Essa pedagogia surge na tentativa de ajustar o “anormal”, onde a diferença deve ser regulamentada para atender a exigências de mercado que aparecem. Então, criar políticas voltadas a grupos que compõe aos critérios de normas é essencial para a regulamentação dessa população.

Todavia, o diferente só existe quando se cria a diferença para culpar alguém pela indiferença imposta nos corpos deficientes. Alcântara (2015, p. 64), destaca que é nesse contexto de normalização que a educação tem seu papel, onde,

A escola é uma instituição que fixa os indivíduos a um aparelho de transmissão de saber, fechando-os em sua arquitetura. E esta arquitetura mantém em sua roldana funcionando por um combustível altamente inflamável: o desejo da razão. [...] a escola se consolida nesse processo funcionando como uma instituição zeladora das normas [...] a inclusão é uma ação desta instituição.

O movimento a favor do anormal nasce na França em meados de 1904, onde se observa a preocupação em levar a instrução às pessoas com deficiência. Assim, o papel fundamental da escola surge como dispositivo de poder que vêm produzindo o conhecimento em entender, diagnosticar e identificar quem são esses anormais. Daí passa a observar na história a criação de grupos de especialistas capazes de corrigir “[...] as indiferenças tidas como indesejadas” (LOPES, 2007, p. 12 Apud SARDAGNA, 2013, p. 50).

A partir da década de 1990, a problemática que versa sobre a inclusão começa a ganhar visibilidade nacional e internacional, onde a inclusão passa a ser questionada a um patamar no qual leva seus alunos com deficiência a participar da efetiva inclusão escolar. Mas Sardagna (2013) ainda destaca que apesar da iminência das discussões ganharem grande repercussão, o princípio da normalização permanece agora no intuito e respaldada pela Conferência Mundial de Educação para Todos de 1990, em que mais tarde será apoio das principais legislações do Brasil que versem sobre a inclusão.

Dentro deste contexto, cria-se o objetivo de trazer para “perto” aqueles que até então eram direcionados a cuidados especiais, com um lugar específico e distante. Agora passa a ser questionada a inclusão desses alunos no espaço escolar, onde a qualidade e a garantia do ensino torna-se obrigatoriedade. Com isto, percebemos a escola como um espaço de democratização dessa inclusão, em que métodos e técnicas passam a ser criados para incluir a diversidade que outrora era inexistente em sala de aula.

É na perspectiva da educação inclusiva que passa a se pensar em maneiras da escola não só garantir as matrículas, mas que consiga também acolher esse público para o ensino aprendido. Dessa forma, necessário criar métodos pedagógicos que consigam extinguir as classificações e especificações, fazendo do ambiente escolar um lugar de troca de conhecimento abarcando toda a heterogeneidade.

Neste contexto, o que se percebe é que a partir da crescente visibilidade que ganhou a política inclusiva, ver-se então, que se houve um avanço que levou esses alunos a terem direitos a um ensino de qualidade. Para Quixaba (2015), a história da educação de alunos com deficiência apresenta um marco na conquista e luta pela autonomia, que ocasionou na busca da emancipação dessas pessoas que historicamente eram vista como inválidas por apresentarem limitações sejam motoras, sensoriais ou intelectuais. A autora analisa a escola como portas de entrada para desconstruir a indivisibilidade posta as pessoas com deficiência, assim apoiando em Vilela (2006, p. 40 Apud QUIXABA, 2015, p. 46) a autora destaca que,

[...] a escola, nesse contexto, ocupa um lugar de destaque como instrumento de superação da dominação imposta pelo capitalismo, visto que com suas práticas educacionais pode representar a possibilidade de emancipação dos indivíduos por meio do conhecimento, contribuindo assim, para romper com a dominação da ordem capitalista que está posta nas políticas e práticas educacionais.

Posto isso, o que se observa é que a pessoa com deficiência vê no ambiente escolar a expectativa de ser incluído não só no âmbito educacional, mas crê na possibilidade de ser socialmente incluído perante a sociedade. Então aqui, é perceptível observar o papel que a escola tem na vida do sujeito deficiente, no qual para ele a escola é um subsídio para o crescimento profissional e social.

Com isto, nasce nas pessoas com deficiência a esperança da oportunidade de estabelecer os direitos garantidos. Beyer (2005, p. 12) citado por Forgiarini (2012, p. 12) afirma que, “a organização escolar nas práticas históricas da educação especial e das escolas especiais sempre ocorreu pela racionalidade que alegava: ‘deixem os alunos (especiais) virem a nós’”, no qual, essa política vinha com um papel de apoiar alunos incapazes, e que era necessário a sua inclusão dentro do sistema educacional, em que as escolas especiais eram vistas como o único espaço para o atendimento desses “anormais”.

Para Forgiarini (2012, p. 62) “[...] olhar para a escola significa identificar as ações que determinam os sujeitos, suas aprendizagens, seus conhecimentos, sua forma de ser e de se constituir. [...]”. São nessas premissas, que devemos tentar entender o papel que a escola

ocupa perante a sociedade, pois a nossa construção como sujeito começa a se desenvolver dentro do âmbito educacional.

Para Quixaba (2015), a escola foi culturalmente construída como um lugar de ensino, onde o ambiente proporciona o aprender nas diversas áreas, uma vez que a escola é recarregada por construções de valores e normas, em que os alunos levarão para toda sua vida. São nessas premissas que a pessoa com deficiência vê a escola, como a portadora de oportunidades, não só nas carreiras profissionais, mas também nas relações sociais.

Mas pensar em educação inclusiva não é apenas analisar as práticas pedagógicas ou observarmos a acessibilidade da escola, é precipuamente tentar entender que essa política só veio a sanar a invisibilidade de uma parte da população que desde a antiguidade era invisível. A segregação de pessoas sempre foi recorrente em nossa sociedade, onde as singularidades são determinantes para seu status social.

É neste contexto de exclusão as pessoas com deficiência foram, por muito tempo, excluídas sendo até mesmo vítimas de entretenimento para as pessoas na Idade Média. O “anormal” era visto como engraçado, assim Bauman (1998) destaca que essas imperfeições são determinantes para nos classificar, e que “todas as sociedades produzem estranhos, mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua própria maneira, inimitável” (BAUMAN, 1998, p.27).

Nesse diapasão, a inclusão nasce como dispositivo de acolher quem um dia foi rejeitado e esquecido pela sociedade, pois a diferença ou imperfeição eram peças-chaves para a exclusão. Perante isto, observamos que a inclusão “[...] foi um arranjo inventado para justamente colocar em ação a norma, através de um crescente persistente movimento de, separando o normal do anormal. [...]” (VEIGA-NETO, 2001, p. 111 apud SARDAGNA, 2013, p. 46).

Assim, classificar os sujeitos a partir de suas imperfeições sempre esteve presente dentro da sociedade e o “anormal” foi denominado como aquele sujeito que apresentava alguma incapacidade física e mental. A educação especial era vista como um conjunto de métodos que seria eficiente para ajudar esses “anormais” a ter uma educação operacional, já que suas limitações são diferentes dos demais, pois a lógica da exclusão para pessoa com deficiência está instituída no limite estabelecida pela norma, assim como enfatiza Marquezan (2007, p.98) ao afirmar que,

A qualificação/desqualificação como sujeito deficiente consolida a exclusão pela periculosidade na forma da suspensão de direitos que limitam o espectro de sua

participação na sociedade, ao mesmo tempo em que previne os incômodos que ele pode causar para os outros.

Essa desigualdade veio revelar que tudo que se mostra de diferente perante aos olhos da sociedade é inevitavelmente excluído, ao passo que as diferenças apresentadas são universalizadas, fazendo com que estes sujeitos sofram duramente o processo de invisibilidade.

Nesse ínterim, Quixaba (2015) pontua que essa imagem “estigmatizada” da pessoa com deficiência pode e deve ser mudada, pois assim como uma cultura sofre suas alterações, essa imagem de “anormal” pode mudar de concepção, fazendo com que estas pessoas ocupem um lugar na sociedade e que a escola atue como principal artifício para ajudar nessa desconstrução de que a pessoa com deficiência é incapaz.

Deste modo, a escola possibilita a “construção” e “reconstrução” desse sujeito no espaço, assim como ajuda no desenvolvimento de suas habilidades, pois como enfatiza Quixaba (2015), aceitar a diversidade humana e entender que essas diferenças possibilitam na ampliação de vivência é um dever da escola, não só no contexto escolar, mas também nas relações sociais. Nesse contexto, (PIRES, 2009 *Apud* QUIXABA, 2015, p. 13),

A diversidade é uma realidade social e escolar complexa, as diferenças contextualizações inerentes à diversidade e a diferenciação apelam para a didática como uma realidade complexa, que adquire todo o seu valor na interconexão e interação com a realidade concreta da escola.

Assim, é necessário que a escola desenvolva diferentes práticas inclusivas, para que a diversidade possa ser incluída e que todos os alunos com ou sem deficiência deixem de ser rotulados por suas particularidades.

Sasaki (1997) *Apud* Fogli, Filho e Oliveira (2008, p.116) destaca que a inclusão, enquanto novo paradigma avança a escola em acolher todas as crianças independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais. Fazer de seu espaço o acolhimento em que as diferenças sejam respeitadas é papel da escola. Sendo assim, cabe a ela assumir-se enquanto instância de discussão dos problemas encontradas no campo educacional e fazer do seu espaço um lugar de construção dos significados necessário de toda e qualquer ação de cidadania.

Posto isso, a Educação Inclusiva veio com a intenção de dar suporte a esses sujeitos a um ensino de qualidade e é com o Parecer n. 13, de 2009, do CNE, que segundo Quixaba (2015), a educação inclusiva passa a ter visibilidade maior no contexto brasileiro, uma vez que declarava a importância do atendimento às especificidades, assim como também

a inserção das Salas Educacional Especializadas na Educação Básica, a fim de melhorar a permanência desse aluno e aprimorar suas habilidades.

A educação inclusiva é uma ação política, social e cultural, no qual tem a intenção de levar essa educação a todos, fazendo com que todas as especificidades possam ser incluídas sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva é uma permanência em um paradigma educacional, pautada nos direitos humanos, “que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.” (BRASIL, 2008, p. 05).

Assim, saindo de um caráter terapêutico, que era visto a educação especial, a educação inclusiva visa dar o suporte necessário para os alunos na construção do conhecimento, bem como disponibilizar recursos metodológicos, favoráveis para as especificidades de cada um. Dessa forma, iria ser pautada na junção do ensino regular, como um complemento a mais na vida desses sujeitos, assim o Parecer CNE/CEB Nº: 13/2009 declarava que (BRASIL, 2009, p. 03),

Essas Diretrizes Operacionais baseiam-se, então, na concepção do atendimento educacional especializado e não devem ser entendidas como substitutivo à escolarização realizada em classe comum das diferentes etapas da educação regular, mas sim como mecanismo que viabilizará a melhoria da qualidade do processo educacional dos alunos com deficiência [...].

Logo, essa inclusão deveria ser iniciada na Educação Infantil, com o auxílio das Salas de Atendimento Educacional Especializado em turno inverso, como um complemento na aprendizagem do sujeito, envolvendo a participação familiar, junto com uma proposta pedagógica avançada.

Mas é necessário enfatizar que não basta integrar esse aluno, é necessário que haja a inclusão. Uma vez que a escola deve se adaptar para receber o mesmo (o que geralmente não como acontece), o aluno é integrado de forma que ele consiga achar subsídios para sua permanência no ambiente escolar. Isso nos remete a dificuldade que existe hoje na aplicação dessa política, em que se percebe que as escolas não atribuem esse caráter inclusivo. Em uma sociedade tão moderna, com a tecnologia cada dia avançado, o que se observa é que a presença de pessoas com deficiência é um número mínimo e tentar entender essa evasão, é tentar esclarecer porque as políticas não os asseguram a “Educação para Todos”.

Neste sentido, são várias as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência, não apenas no contexto escolar, mas também dentro da sociedade. Por isso enfatizo que a escola tem um papel fundamental para mudarmos essa situação, uma vez que

maior parte de nossa história, vivemos dentro do âmbito escolar e é justamente nesse espaço, que a pessoa com deficiência encontra dificuldades, seja ela na acessibilidade, nas práticas educativas ou em suas relações.

Há ainda um longo caminho a ser percorrido, mas percebo que alguns direitos foram assegurados, todavia a sua aplicabilidade ainda caminha a passos lentos. Pois ao se pensar em mercado de trabalho, em uma sociedade em que as escolas estão formando competidores para o mercado capitalista, é nítido que nessa faixa de largada grupos inferiorizados ao longo da história estão em linhas desiguais na disputa. Pensar em inclusão é ter como atitude inicial a responsabilidade de que a diversidade em sala de aula deve ser compreendida e atendida. E neste contexto, não me refiro apenas às pessoas com deficiência, mas me faz lembrar de um país escravocrata, onde negros são submersos a injustiça e a pobreza. Então, inclusão é antes de tudo, trazer justiça social a quem foi esquecido e estigmatizado na corrida desigual pela educação e moradia de qualidade.

Assim é na tentativa entender o paradigma que rege entre a inclusão e exclusão, que no capítulo adiante iremos conhecer a realidade vivida por egressos e alunos com deficiência, pois entender a inclusão é bem mais fácil quando alunos se propõem a falar sobre ela. E nada mais justo, que egressos e alunos apresentarem a nós a fabulosa polêmica que rege às práticas inclusivas. Pois desta forma, iremos entender como os alunos grajauense concebem e avaliam a inclusão escolar do município.

2.3 Caminhos metodológicos da pesquisa

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, onde Minayo (2008) enfatiza que a pesquisa qualitativa é a melhor forma de mantermos uma dinâmica e aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estudam ações dos indivíduos, grupos ou organização em seu ambiente ou contexto social, pois assim dará uma maior descrição entre o mundo real e o sujeito.

Quanto aos procedimentos iniciais foram do tipo bibliográfico, no qual foi necessário analisar e conhecer o contexto histórico que verse sobre a Educação Especial no Brasil. Assim, foram feitas leituras de Leis e Decretos que abordam sobre a Educação Inclusiva atual, para assim, analisar as concepções de inclusão proposta pelos egressos e alunos com deficiência.

Como coleta de dados, o principal artifício foi através de entrevista semiestruturada, no qual a mesma proporciona um maior conhecimento sobre as concepções que egressos e alunos com deficiência formularam sobre as práticas inclusivas vivenciadas por eles ao longo do processo de escolarização. A escolha deste recurso levou em conta o aspecto de proporcionar ao pesquisador e entrevistado uma maior aproximação. Para Minayo (2008) a entrevista semiestruturada nos dá uma oportunidade de conversar face a face, como forma de “mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes”, ou seja, ela amplia “uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações” em relação aos atores sociais e seus contextos.

Com o procedimento de coleta de dados escolhido, partiu-se para a escolha dos participantes da pesquisa. Inicialmente, pensando-se entrevistar apenas egressos na tentativa de entender como cada um avaliava a escola inclusiva e suas principais dificuldades vivenciadas. Pensando por esta linha, resolvemos convidar alguns alunos que estavam ou estão matriculados na rede pública do município, a fim de entender suas concepções de uma escola inclusiva. Portanto, foram eleitos um total de 9 participantes para compreender a inclusão e o seu funcionamento nas escolas do município.

Com a escolha dos nove participantes, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado (APÊNDICE A), contendo vinte perguntas. Para a elaboração do roteiro foi levado em consideração os objetivos da pesquisa. Desta forma, propôs-se uma entrevista piloto, a qual se utilizou um gravador, para que pudéssemos analisar em um primeiro momento, o áudio, assim como as perguntas e respostas obtidas. Este piloto foi primordial para as demais entrevistas, pois possibilitou fazer novos ajustes para que as próximas entrevistas tivesse um caráter mais dinâmico em relação a cada participante.

Para coleta de dados foi dividido em dois momentos primordiais. O primeiro esteve relacionado à procura dos egressos e alunos participantes. Feito isto, ocorreu um primeiro contato com cada egressos e alunos via aplicativo de comunicação instantânea, como também visitas em suas residências. Logo depois marcamos as entrevistas individuais, no qual foi apresentado o Termo de Livre Consentimento (APÊNDICE B) como também foi explicado o que objetivava a pesquisa.

A coleta de dados ocorreu entre os dias 12 de novembro de 2018 a 10 de janeiro de 2019. Cada entrevista durou cerca entre 12 e 25 minutos. Para a entrevista dos Deficientes Auditivos, contou-se com a ajuda de uma intérprete que se disponibilizou em traduzir tanto as perguntas, como as respostas. Como instrumento de coleta de dados, foi usado um gravador.

Cada resposta fornecida pelos entrevistados, foi feita inicialmente as transcrições e, por fim, para uma melhor análise, categorizou-se as falas dos sujeitos, conforme os objetivos específicos. Para Gil (2008), como as entrevistas muitas das vezes fornecem informações variadas, a categorização é um elemento primordial para elencar as falas importantes para o contexto da pesquisa, ou seja, para organizá-la, é necessário agrupar as falas em categorias e por fim, escolher as mais relevantes.

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM GRAJAÚ: UMA OPORTUNIDADE ALÉM DOS DESAFIOS

Brasil (2008) afirma que a educação inclusiva foi fundamentada pelo paradigma educacional na concepção dos direitos humanos. Em que todos os alunos precisam estar juntos sem nenhuma discriminação procurando a equidade para fugir da exclusão social, ou seja, a escola tem como base dar a esse aluno, o suporte necessário para conseguir formar em seus alunos o senso crítico e autonomia.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, no artigo 59, destaca que é dever do ensino assegurar aos alunos, currículo, métodos e recursos, no qual consigam abranger a todos sem distinção. Assim, é necessário oferecer aos alunos com ou sem deficiência um ensino de qualidade, pautada na diversidade humana, no respeito e na busca da equidade. A fim de que esses alunos consigam no futuro condições de vida e trabalho de qualidade. (BRASIL, 2008).

A intenção deste capítulo se perpetua em apresentar os resultados obtidos a partir de entrevistas semiestruturada com egressos e alunos da rede pública do município. Pois pensar em uma inclusão de qualidade onde todos os alunos consigam aprender, só é capaz quando as políticas e escola estejam juntas envolvidas. Pensando nesse viés, nada mais justo que darmos vozes aos próprios beneficiários avaliarem o processo de inclusão escolar vivenciado por eles.

Para uma melhor apresentação, dividimos o capítulo em três seções: na primeira vamos analisar as percepções de escola em que cada egresso e aluno formulam, como também, identificar as contribuições que a escola oferece para cada aluno com deficiência. A segunda seção faz referência às dificuldades encontradas por eles no processo de inclusão escolar, assim, vamos abordar questões como acessibilidade, materiais, recursos e preconceitos vivenciados por cada um.

Na última seção, traremos à tona as perspectivas de futuro em relação a inclusão, como também as formulações de um professor perfeito para lidar com a inclusão. Assim, torna-se imprescindível conhecer como cada egresso e aluno foram recebidos pelas escolas grajauense.

3.1 Percepções dos alunos sobre a escola

Na tentativa de dar voz a uma parte da população que há muito tempo ficou silenciada é que as seções adiante serão mencionadas. Dando ênfase aos relatos obtidos por entrevistas semiestruturada sobre a concepção de Educação Inclusiva para os deficientes de Grajaú – MA no Ensino Público do município. Pois é necessário entendermos como cada aluno e egressos vivenciaram a inclusão em suas experiências no âmbito escolar. Assim, objetivamos entender o que os sujeitos pensam sobre escola e a importância em suas vidas. Neste sentido, iremos investigar os principais desafios encontrados por eles no processo de escolarização e, por fim, apontar as principais sugestões que eles formulam para uma educação inclusiva de qualidade, evidenciando suas expectativas para uma prática inclusiva que abarque a todos os deficientes de Grajaú.

A pesquisa contou com um quantitativo de 9 (nove) alunos de várias escolas do município com uma faixa etária entre 17 a 40 anos. Duas possuem paralisia cerebral, no qual em uma delas acarretou em sua deficiência física e a outra deficiência intelectual; dois Deficientes Visuais, um Deficiente Físico, três Deficientes Auditivos e uma com Síndrome de Down. Dentro desta perspectiva, resolveu-se trabalhar com quatro egressos que terminaram entre 2016 e 2017, como também cinco alunos que estão ou estavam matriculados atualmente em escolas do município. Dentro os alunos mencionados, duas delas estão fora da sala de aula, motivos estes que vamos expor no decorrer de cada seção, assim conseguiremos entender as diferentes concepções vivenciadas por cada um em sua trajetória escolar. Por motivos de guardar a identidade de cada participante, os nomes usados serão fictícios.

A escola tem lugar de destaque na vida de cada cidadão, é um dos lugares onde passamos a maioria do tempo de nossas vidas. É na escola que aprendemos as disciplinas, que entendemos as regras e valores de uma sociedade como também a preparação para um futuro mercado de trabalho. Diante destas prerrogativas, fez-se necessário conhecer como cada egresso e aluno concebe a escola e a sua importância na vida deles. Assim, durante a análise, escolhemos as mais recorrentes como ao perguntamos sobre a importância da escola em suas vidas, obtivemos as seguintes respostas:

O aspecto que a gente tem assim pra falar é [...] de uma escola regular é que, é quando a gente chega em uma escola regular [...] a gente tem um novo horizonte [...] a gente começa a sentir que a coisa muda, mesmo que, como eu já falei, não tendo os equipamentos que a gente precisa [...] mas as coisas vai mudando, a gente vai tendo ai e abrindo a mente, sabe, um **novo horizonte** pra aquilo que a gente tá desejando no futuro. (Egresso 2)

Eu achei porque eu aprendi a assinar **meu nome**, que eu não sabia [...] ai ra tou aprendendo a ler aos pouquinhos já [...] [Fala entusiasmada] (Aluno 1).

Na APAE, é tipo que um estudo limitado, todo dia vendo assim a mesma coisa [...] na escola regular não, a gente aprende outras coisas, a gente convive com os ouvintes também e isso é diferente é muito importante [...] mesmo que os alunos da mesma sala não sabendo libras, mas eles estão ali, estão tendo contato com outra pessoas. (Egresso 4)

Na escola regular mais outras pessoas estão tendo contato com eles, estão vendo a necessidade pra poder aprender também pra poder ajudar, isso é importante. (Egresso 3).

De ser é importante [...] por que assim, ela toma remédio controlado, e a escola, é uma coisa que ela gosta muito e por mim então, eu acho que faz bem pra ela. (MÃE Aluno 5).

Sobre a escola, a maioria dos entrevistados teve sua concepção de escola relevante, ou seja, foi na escola que eles encontraram o subsídio para aprimorarem e terem novos conhecimentos. Pois, a escola para eles, significa uma forma de ter contato com novas pessoas e apesar das dificuldades, a escola proporciona conhecimentos necessários para poderem alcançar um futuro promissor, seja um emprego como também, a entrada na Universidade, como foi destacado pelo egresso 1 onde o objetivo de sua entrada na escola regular era: “Terminar o Ensino Médio [...] e ingressar numa Faculdade”.

São esses “horizontes” destacados por egresso 2 acima, que mostra como a escolarização tem sua importância, em que para Quixaba (2015), a escola muitas das vezes possibilita a garantia de um futuro melhor, em que a inclusão numa escola regular propicia aos alunos conhecimento que até então não eram conhecidos por eles.

Durante as entrevistas sempre foi destacado pelo os alunos e egressos a importância de frequentar uma escola regular. Mesmo que nessa experiência a escola não tivesse dado todos os suportes necessários para entender as particularidades de cada um, mas era nela que surgia a importância de estar incluído tanto no meio educacional, como também no meio social. O aluno 1, no momento das entrevistas, destacou a importância de estar incluído, pois a escola segundo ele, ajudou a desenvolver suas habilidades cognitivas: “A escola regular eu acho melhor [...] porque eles ajudam a pessoa a aprender a ler e escrever o nome da pessoa que não sabe” Portanto, a escolarização na vida tantos dos egressos como dos alunos que estão atualmente matriculados em alguma escola regular do município, traz para a vida dos deficientes a construção do processo pedagógico.

Mas o que se percebeu é que nem todos os entrevistados percebiam a escola da mesma forma. Talvez o seu funcionamento e o atendimento prestado não chegava do mesmo modo para todos. Em que para dois dos nove entrevistados mostraram as seguintes expressões:

Eu **não gosto** [...] eu não gosto de nada da escola. Gosto do AEE [Fala tímida] (Aluno 4)

Vieram aqui e explicaram que era muito importante eu ir pra escola, ai eu fui! E mesmo sem saber nada, sem entender nada de Libras eu escrevia no caderno, **mas eu não entendia nada!** [Expressão chateada] ah... resolvi deixar de ir, ai depois de um tempo, aí comecei a frequentar a APAE também, frequentava só APAE, não frequentava outra escola, era complicado por que eu ficava lá na sala ninguém me ensinava nada [...] e não tinha intérprete e ai, e ai como era que eu ia me comunicar, ficava só vendo, só vendo as pessoas conversarem e não entendia nada. [Expressão triste] Ah! Eu deixei pra lá! Até agora não concluir e não estou estudando. (Aluno 3).

Em meio a tantos elogios à escola e a oportunidade que ela apresentava, destacamos um caso bem relevante, pois a ascensão da escola não se mostrou satisfatória para todos os entrevistados, pois a necessidade de uma política realmente voltada à necessidade de pessoas com deficiência ainda é muito precária. Assim, percebemos diferentes percepções de escolas construídas nos alunos e isso remonta exatamente a forma em que foram acolhidos dentro do sistema educacional.

A aluna 4, ao ser questionada sobre a percepção que ela tem da escola, afirmou **não gostar** e isso deriva de vários fatores, desde o seu relacionamento com alunos e professores até o seu processo de ensino e aprendizagem. Esses fatores que devem ser barrados para que se construa uma outra percepção de escola, onde ela se sinta à vontade de poder frequentar novamente o ambiente escolar. O fato interessante é que a Aluna 4 não se sente bem nas salas regulares, mas gostava de frequentar em contra turno as salas de Atendimento Educacional Especializados, o AEE.

Perante isto, analisamos como as práticas inclusivas nas escolas grajauenses ainda encontram percalços em suas aplicabilidades, mesmo com instalações de Salas de Atendimento Especializados (AEE). Ainda encontramos alunos que não estão incluídos por falta de recursos e profissionais capacitados que trabalham na área. No caso do (a) aluno 3 (a) que está há muito tempo fora da sala de aula por falta de intérpretes, profissional importantíssimo para sua permanência em sala de aula, causa um problema que interrompe o processo de inclusão de alunos com deficiência na escola, fazendo com que estes alunos interrompam seus estudos por falta de uma estrutura de qualidade. Assim, para Forgiarini (2012, p. 60), é imprescindível pensar, em diferentes maneiras que possamos incluir os alunos, onde;

Cada escola deve encontrar as práticas pedagógicas que são mais adequadas para os seus alunos e seus contextos, desse modo, as orientações e diretrizes dos documentos legais devem ser tomadas apenas como possibilidades e não como obrigatoriedade e solução da situação de exclusão de alguns alunos.

Portanto, pensar em inclusão é encontrar maneiras para que os alunos com deficiência consigam compreender e usufruir do espaço escolar, mas não me remeto apenas em adquirir conhecimentos disciplinares, mas uma forma de aumentar a interação social. Assim, percebemos como a isenção desses alunos em escola comum é importante, pois todas as falas apresentadas aqui demonstram a escola como um lugar que permitem esses alunos a pensar em sua autonomia.

Buscar autonomia para as pessoas com deficiência é incluí-las nos espaços sociais. Os alunos entrevistados demonstraram a importância dessa política, uma vez que é a partir dela que pode acontecer essa interação. A presença de pessoas com deficiência nos seguimentos tanto educacional, político e econômico, impulsiona na autonomia de sujeitos que até então foram excluídos. Assim, a inclusão nada mais é para eles do que uma oportunidade de mostrar de que as limitações podem ser vencidas. Este fato foi apresentado em cada entrevista pelos estudantes, o que pode ser analisado nos seguintes comentários;

Isso é muito importante para o aprendizado [...] viver em comunidade, todo mundo juntos na inclusão, se não houver inclusão não vai ter como ter o aprendizado. E vamos continuar todo tempo desse jeito, nessa situação. E é melhor pra nós também conviver com outras pessoas. (Aluno 3)

Porque isso vai ajudar os deficientes a ir para uma faculdade igual eu fui [...] se não fosse isso eu nunca tinha frequentado uma escola regular. (Egresso 1)

[...] é com esse contato na sala de aula, com essa inclusão, é mais fácil pra isso acontecer [...] no caso tanto quanto o professor, quanto os alunos, pra ter essa interação, essa comunicação e pra tudo, não só pra escola, mas depois, né. Pra poderem saírem, ser amigos e se divertirem [...] e quando há essa interação com os ouvintes, nós se sentimos até motivados a não faltarem, a quererem ir para à escola [...] e também participar de todas as atividades, tanto das aulas, quanto às provas de tudo, fazer trabalhos ouvintes e surdos é muito importante! [Expressão empolgada] (Egresso 4).

Dentro deste contexto, Quixaba (2015), enfatiza o principal papel da escola como emancipadora, onde as pessoas com deficiência encontram nela a fuga para fugir da invisibilidade constituída há muito tempo, construindo assim, uma interação social. Pois conforme o que foi exposto por Egresso 4, esse contato é primordial, pois acrescenta neles à vontade de permanecer na escola. Para Quixaba (2015, p. 51) “a escola pode representar a possibilidade de emancipação e autonomia dos indivíduos por meio da estimulação para aquisição do conhecimento [...]”. Assim, a construção do conhecimento provoca em seus

alunos a oportunidade de defender seus ideais, como também a procura de soluções para aprimorar os serviços oferecidos pelo Estado.

Dentro dessas categorias de análises, vamos analisar o relacionamento dos alunos com deficiência e egressos em relação aos professores (as) e alunos (as). Inicialmente, os alunos demonstram satisfação com o relacionamento com os (as) professores (as). Tendo apenas duas alunas que demonstraram uma relação diferente dos demais. Em relação aos professores (as), obtivemos os seguintes comentários:

[...] gostava muito de todos os professores, principalmente os do Ensino médio, amei demais todos eles, mesmo eles não sabendo libras [...] (Egresso 4; Egresso 3)

Ah... A minha relação com os professores foram as melhores possíveis. Porque logo quando eu chegava nas escolas os professores assim ficavam preocupados [...] mas eles tentavam é [...] conscientizar eles que a gente tava ali e que eles tinham que dá as aulas deles [...] e eles começavam a dar as aulas deles, e a gente começava a interagir, e daí de repente eu tinha uma relação muito boa com professores. (Egresso 2)

Ótimo! Eles tratavam igual os outros. (Egresso 1; Aluno 2)

Eu gosto só da minha professora. [Risos] (Aluno 5)

Eles são muito gente boa [...] eles tudim gostam de mim. [Risos] (Aluno 1)

As falas apresentadas demonstram um relacionamento satisfatório em relação aos professores. Isso é muito importante, pois o bom relacionamento entre professor e aluno impulsiona no ensino e aprendizagem do mesmo. Mas nem todos tiveram essas mesmas experiências, pois Aluna 4 declarou: “Gosto não [por que?] porque ela é muito briguenta, só gosto do AEE.” Isso demonstra uma figura de um professor autoritário representada por Aluno 4, no qual não se sentia bem em relação aos professores da sala comum, mas demonstrou gostar da professora do AEE, no qual acarreta em sua afastamento em relação a eles. Diante disso, destacamos outro argumento semelhante:

Eu já não gostava muito não! [Faz cara feia] [Risos] achava muito ruim, por que era muito [...] era muito ruim ficar na sala de aula só escrevendo, escrevendo o que estava no quadro, era um tédio! [...] a professora explicava para os outros, e eu ficava só vendo a professora mexendo a boca e eu não entendia nada é muito complicado é muito difícil [...] (Aluno 3).

O fato de que o Aluno 3 achar um tédio ficar na sala de aula sem entender nada, diz muito sobre a sua deficiência e sobre a falta de qualificação especializada para atender esse público, em que estava integrada em sala de aula sem o professor intérprete de Libras para auxiliar. Isso nos faz pensar sobre a formação do professor, pois muitos ainda não estão

capacitados para receberem alunos com deficiência em sua sala de aula. Um entrave que tanto implica na formação do aluno, como do docente. Podemos destacar como sendo um dos grandes problemas enfrentados hoje na rede pública de educação, onde a escola não tem o total aparato do Estado para manter seus alunos matriculados, em que muito desistem pela falta de estrutura e organização no meio escolar. Pois segundo Costa (2009, p. 60 Apud Quixaba 2015, p. 87), afirma que,

As políticas de educação e o movimento de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas públicas pressupõem a educação como sendo um direito de indivíduos, contribuindo assim para a possibilidade de escolas democráticas e uma sociedade justa e humana. Para tal, impõe-se um projeto nacional de desenvolvimento educacional que se volte, sobretudo, para a organização das escolas e a formação dos professores que contemple sua autonomia e a educação de alunos com deficiência, considerando suas diferenças de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo, físico/motor e sensorial.

Quanto ao relacionamento com os alunos (as), cinco dos entrevistados declaram que tiveram um bom relacionamento, demonstrando que durante o período de escolarização os alunos foram bem recebidos pelos colegas, chegando até ajudá-los em determinadas situações. Diante disso, escolhemos algumas falas que destaca essa interação.

Eles me ajudam [...] quando a professora sair eles me dão a garrafa de água pra mim beber [...] chama o vigia pra ele me levar no banheiro. (Aluno 1)

Eu tinha mais facilidade por ser mulher [Risos] chegavam muitos querendo saber número de telefone e querendo conversar, querendo aprender [...] (Egresso 4)

Sim, com certeza! Sempre quando a chega na sala de aula, a primeira coisa que gente sempre encontra é colegas que estão disponíveis a nos estender a mão e nos ajudar. (Egresso 2)

As falas acima demonstram como é importante essa interação. A inclusão de alunos com deficiência em salas regulares demonstra esse processo, onde essa interação entre alunos com deficiência e alunos sem deficiência apresenta um fator positivo em relação à escolarização, pois essa ajuda aumenta a autoestima, proporcionando aos alunos um espaço acolhedor. Todavia, nem todos receberam essa mesma interação. Quatro dos nove entrevistados demonstraram a insatisfação, quando se questionou sobre a relação deles com os outros alunos (as), assim obteve os seguintes comentários:

Gosto não. (Aluno 5, Aluno 4)

Tipo, Eu não gostava muito de ficar muito no meio dos alunos [...] eu gostava de ficar mais na minha calada. (Egresso 1)

Eu, fico só, em um canto da sala e os outros alunos do outro lado. E eu, fico lá [...] sozinho. (Aluno 2)

As falas acima destacam que nem todos os alunos foram recebidos da mesma forma pelos colegas, alegando que preferiam ficavam sozinhos, sem haver essa interação. Um ponto negativo em relação à inclusão, uma vez que não acontecendo essa relação dificulta até mesmo na permanência desse aluno em escolas regulares. Dentro desta dinâmica, também foram mencionados por alguns dos participantes, uma dificuldade relacionado a esse acolhimento, afirmando que já sofreram preconceito por parte dos colegas. Sobre isso, obteve os seguintes comentários:

Tipo [...] Os meninos dizia que eu nunca ia poder estudar em uma faculdade [...] por eu ser desse jeito. (Egresso 1)

Agora por parte dos alunos eu já senti pouco mais. Era muito alunos na sala de aula, mas nós nunca estávamos inclusos [...] era sempre no cantinho deles com outros lá separados, era um ou outro é que vinha às vezes e perguntava algumas coisa com eles e fazia alguma brincadeira. Mas a maioria era cada um no seu canto, com a sua turma e seu grupo, e nós separados. [Expressão triste] (Egresso 4)

Já sim. Eles já me chamaram de deficiente, esses deficiente ai não aprende nunca [...] só me chamaram de deficiente [...] Imprestável! Inútil! (Aluno 2)

As pessoas é ... tem muito é preconceito e as pessoas não gostam de mim. E deixam isso claro. Isso me entristece, mas deixo isso pra lá! [Expressão bem triste] (Aluno 3)

Referente às falas acima, destacamos a importância de um convívio harmonioso. Pois desta forma, os alunos se sentem incluídos por um espaço em que encontram tantas limitações. Não me refiro a nenhuma deficiência apresentada pelos estudantes da pesquisa, mas destaco as limitações em que as escolas brasileiras se encontram. Temos alunos submetidos a salas superlotadas, sem uma estrutura adequada, mas além de estruturas físicas, temos algo que vai mais além.

Os famosos estigmas encontrados dentro nas salas de aulas. Onde a particularidade de cada estudante é colocada em choque a padrões estipulados por uma sociedade dita “normal”. E dentro desse contexto, acontece o que foi citado por eles nas falas apresentadas, onde as expressões de “inútil”, ou “imprestável” e até mesmo a certeza que um deficiente não conseguir apreender, é habitual nas escolas, ocasionado assim, o afastamento e pôr fim a exclusão da pessoa com deficiência.

3.2 Acessibilidade para além das questões físicas

Nessa categoria, iremos enfatizar algumas das dificuldades destacadas pelos alunos e egressos em seu processo de escolarização. Dentro desta prerrogativa, iremos analisar as seguintes categorias de análise como: dificuldades, acessibilidade, salas de recursos, materiais para braile e intérpretes de libras.

Sobre as principais dificuldades, a maioria dos entrevistados elencou a inclusão como principal impasse, uma vez que mesmo dentro das salas comuns, a inclusão é um dos principais percalços de suas vidas escolares. Ou seja, integrar não é o mesmo que incluir, pois mesmo estando em salas comuns, eles não se sentem incluídos como deveriam. Quando se questionou os principais desafios, os mais presentes foram:

As escolas são muito precária! Não tem muita capacidade pra acompanhar um deficiente e nem um cego. (Aluno 1)

Com cinco anos eu já fui pra escola ... só que só ia pra escola mesmo, porque não tinha como aprender nada, por que não tinha intérprete [...] eu não aprendia nada, as vezes a professora tocava assim no ombro e dizia que eu tinha que escrever o que tava ali [...] e eu dizia que não sabia: Eu não sei as palavras, eu não conheço! o alfabeto eu também não conheço, eu não sei nada de libras. As professoras não sabiam nada de libras e eu não tive como aprender. (Egresso 4).

É justamente por isso que eu estou **sem estudar!** [Fala triste] por que vou pra escola, fico lá sentada, não entendo nada e ninguém conversa comigo [...] vou fazer o quê nesse lugar se eu não estou aprendendo nada, é muito **constrangedor!** [Expressão triste] (Aluno 3).

A dificuldade por exemplo, de ter o material em braile e [...] de ter professores qualificados pra que nós dê suporte naquilo que a gente precisa ... e assim, sucessivamente... (Egresso 2).

Observamos nas falas, como a acessibilidade das escolas grajauenses são um dos principais motivos de insatisfação em relação a escola inclusiva. Onde a acessibilidade é um elemento essencial para a promoção do indivíduo no meio escolar, aumentando assim a sua permanência na escola, impedindo a evasão desses alunos como no caso do aluno 3, em que a falta de recursos e suporte necessário para sua promoção, fizeram com que ele viesse a desistir de estudar. E a expressão da palavra **constrangedor**, remota a insatisfação de uma educação que não se volta para o atendimento a todos, como está garantido em nossa constituição.

São essas dificuldades além das questões físicas, em que alunos com deficiência encontram diariamente. Pois apenas estar na escola não significa sua inclusão. Pois incluir é

dar subsídios para sua aprendizagem e entender as limitações, a fim de garantir suportes a promoção de sua emancipação.

Ainda sobre acessibilidade, foram questionados sobre a presença de rampas e piso tátil nas escolas que os alunos frequentaram. Sobre as rampas, obtivemos os seguintes argumentos:

Sim [...] tinha sim. (Egresso 3, Aluno 1, Aluno 2, Aluna 4 e Egresso 4)

Não tinha lugar para subir a cadeira e ainda dava muito trabalho [...] (Egresso 1)

É [...] duas sim. Aliás, eu frequentei [...] quatro escolas, no Ensino Fundamental e Médio, e a única que não tinha rampa de acessibilidade era o CAIC. (Egresso 2).

Mais uma vez confirmamos como a acessibilidade pode ser um entrave nas escolas públicas. Os egressos 1 e 2 destacaram a questão da acessibilidade como um dos principais desafios vivenciados em suas escolas. O egresso 1 ainda destaca como era difícil ser cadeirante em uma escola em que não possuía rampas, pois dava muito trabalho para a sua locomoção dentro do espaço escolar. Nesse quesito, é pertinente destacar que algumas escolas já possuem rampas, possibilitando uma acessibilidade maior para a pessoa com deficiência. Mas não deixa de ser um problema nas demais escolas do município.

O piso tátil é ainda um dos maiores desafios, os deficientes visuais participantes da pesquisa destacam que é quase inexistente aqui no município. Muitas das escolas ainda não os possuem. Quando foram questionados sobre a existência de piso tátil nas escolas, obtive os seguintes argumentos: Tem nada! [Risos] (Aluno 2), Não, nenhuma! “É difícil encontrar aqui em Grajaú”. (Egresso 2). Tem não (Egresso 3; egresso 4; egresso 1; aluno 1; aluno 4 e aluno 5). Sobre isso, foram unânimes as respostas que afirmaram em que nas escolas o piso tátil é inexistente. Tanto os egressos que terminaram em 2017, como os alunos que estão atualmente nas escolas, destacaram a inexistência desse subsídio nas escolas grajauenses. Uma situação bem preocupante, pois com a sinalização, os deficientes visuais teriam bem mais facilidade em circular no ambiente escolar.

Dentre as dificuldades elencadas, torna imprescindível declarar que uma educação inclusiva bem sucedida deve garantir qualidade não só no ensino, mas em todos os segmentos. Aqui, ficou evidenciado não só apenas as questões de estrutura, mas algo que vai bem além. Como as salas de atendimento educacional especializados, no qual os alunos responderam em sua maioria a inexistência desse serviço. Algo preocupante, pois em algumas falas, percebemos o desconhecimento sobre esse atendimento, em que em algumas escolas em que

os alunos estavam incluídos possuem as salas, mas por falta de informação os alunos desconhece o funcionamento desse serviço. Dois dos alunos, responderam que até participavam das salas multifuncionais, como pode ser observado a seguir:

Já sim! Já frequentei fui algumas vezes. (Egresso 3)

Fomos algumas vezes, mas os recursos eram limitados [...] era só projetor, televisão para verem algumas coisas. Era muito bom, é muito importante. Ajuda muito no aprendizado [...] (Egresso 4)

Os egressos 3 e 4, assim como o aluno 4, foram os únicos que destacaram e tiveram conhecimento sobre as Salas de Atendimento Educacional Especializados. E assim como o egresso 4, o aluno destacou nas entrevistas gostar bem mais do AEE, do que as salas comuns. Dentro deste contexto, o egresso 4 enfatiza bem a importância desse atendimento no qual veio a complementar ainda mais na aprendizagem dos alunos, mesmo com os recursos limitados, mas a sua importância é complementar no processo de escolarização dos alunos com deficiência.

A falta de informação também dificulta a eficácia da inclusão, pois quando se perguntou sobre as Salas de Atendimento Educacional Especializado, seis dos alunos afirmaram que em suas escolas não funcionava o serviço, mas em uma das escolas dos participantes que tivemos contato há o funcionamento da mesma. Então analisaremos de duas formas, uma pelo viés de não conhecer a eficácia e funcionamento e a outra pela questão de não frequentarem o serviço no qual torna que inexistentes para eles, então de repente “não tem para eles”, porque desconhecem o serviço. Uma problemática que deve ser analisada.

Sobre as dificuldades nos conteúdos curriculares, apenas dois destacaram as disciplinas que tiveram ou têm dificuldades, como: Em matemática [Risos] (Aluno 1), Química é muito difícil. [Risos]. (Egresso 4). Os demais classificaram o conteúdo como fácil, garantido não terem dificuldades nesse quesito. A partir de tantos percalços, o ensino e aprendizagem dos conteúdos curriculares foram conquistados com êxito pelos egressos e para os alunos que estão atualmente no ensino regular, onde as disciplinas curriculares não foram empecilhos para eles.

Diante de todos os problemas citados pelos os alunos participantes da pesquisa, deixamos como última desta seção, alguns depoimentos sobre a avaliação da escola inclusiva na concepção dos egressos e alunos. Onde muitas das várias dificuldades destacada nesta seção, equivale a sua avaliação perante uma política que não consegue acolher a todos (as).

Diante disto, foi pedido para os alunos a darem notas sobre a inclusão e o porquê de cada avaliação. São essas respostas que iremos analisar a seguir:

Eu daria um cinco [...] Porque é bom e mesmo assim é ruim [...]. (Aluno 2)

Por onde eu passei, por onde eu fui recebido, por onde eu fui é [...] avaliado, eu daria a nota oito. (Egresso 2)

Nota 0. Porque tem muita coisa que precisa ser mudado [...] não tem inclusão. (Aluno 1).

Sete [...] (Egresso 1)

Nota cinco. [...] É péssima! é péssima a inclusão aqui em Grajaú. (Aluno 3).
Nota dois [...] (Egresso 3)

Nota um [faz gestões com as mãos] [Risos] [...] porque só tinha um intérprete, então a nota é um. (Egresso 4).

O porquê dessa avaliação nessa seção é bem simples: é uma forma de entendermos e compreendermos quais os critérios que os alunos usam para avaliar a educação inclusiva no município. Cada aluno sofreu um processo de inclusão diferenciado, em que algumas das dificuldades sentidas por um, os demais não as perceberam. Mas diante de tal caso, percebemos como para alguns a inclusão se mostrou que satisfatória, pois a forma como foi acolhido e as práticas inclusivas que receberam, influenciou de certa forma em sua avaliação.

Um resultado muito relevante, pois chegamos à conclusão que, apesar dos obstáculos, a inclusão veio a melhorar o convívio social e proporcionar a esses alunos uma qualidade de vida. Uma dos nove participantes não conseguiu formular suas avaliações, mas seus responsáveis as fizeram pelas seguintes respostas: “Um sete. [Por que?] porque não tem falta de interesse deles mesmo” (Mãe Aluno (a) 4).

Assim, perante as respostas obtidas sobre a avaliação, tivemos notas de zero a oito e as justificativas se igualam. Pois a falta de recursos, estrutura adequada, intérprete de Libras, matérias para Braille, profissionais capacitados, fazem da inclusão um processo de exclusão, em que alunos são submetidos a se adaptarem às escolas e as suas dificuldades. A nota zero, diz muito sobre as dificuldades de uma escola inclusiva, pois apenas receber o aluno com deficiência, não as garante o papel de uma inclusão, pois, além disso, temos as práticas que devem ser reformuladas e a assistência que devem ser implementadas. Pois só assim, teremos alunos incluídos e com seu futuro garantido para enfrentar as adversidades de um mercado de

trabalho competidor, pois havendo essa mudança no campo educacional, não teríamos tantos alunos com deficiência sem estar alfabetizado.

3.3 Perspectivas de futuro em relação à inclusão: “meu sonho é trabalhar”, “A escola dos sonhos [...] É a escola que eu possa ir e possa aprender”, “Professor que saiba libras [...]”

O processo de escolarização é um momento bem importante na vida de qualquer indivíduo. É nele que evidenciamos nossa aptidão, nossos sonhos e dificuldades. É nesse contexto que essa seção se alinha, a fim de apontar as sugestões formuladas pelos alunos e egressos para uma inclusão de qualidade. Assim, usamos a palavra perfeito, pois suas sugestões derivam de uma inclusão de qualidade em que a escola regular se tornaria bem mais atrativa e concederia um ambiente acolhedor. Diante disso, dentre as mais várias respostas, destacamos as seguintes sugestões:

A escola perfeita ... era as escolas ter as coisas, estruturas e acompanhamento certo para as deficientes, cego e mudo. (Aluno 1)

A escola dos sonhos [...] é a escola que eu possa ir e possa **aprender** [...] para que eu consiga trabalhar, consiga viver melhor. Isso é muito importante. É simples, mas é importante. (Aluno 3)

Eu penso muito, sonho muito em uma escola tipo assim, no estilo da UFMA. Bem organizado, bem estruturado [...] que tem todas as coisas ... que tenha tudo organizado, tudo o que eu preciso pra poder conseguir concluir e depois se formar em algo para mim trabalhar [...] (Egresso 4)

Ele disse que sonha muito com isso [...] de uma escola que ele não fique só sentado sem entender nada. [Expressão empolgado] [...] que tenha intérprete, pra que eu possa concluir, fazer faculdade. (Egresso 3)

Uma escola perfeita, ele devia ter é [...] todos os suportes, todos os materiais, os equipamentos adequados, para dar suportes para todos os tipos de deficientes. Como por exemplo, se aqui em Grajaú a gente tivesse pelo menos uma ou duas salas de atendimento múltiplas educacionais nós tínhamos mais, é aí, uma avanço na nossa ... nossa educação. (Egresso 2).

As falas acima, só confirmam tudo o que já foi apresentado até aqui. Pois a estrutura e um bom funcionamento são peças-chaves para um ensino de qualidade. Não basta incluir em uma escola regular, precisa ter uma assistência, materiais, intérpretes, salas de recursos, professores capacitados, pais engajados e o principal de tudo, um atendimento que abarque a todos conforme as necessidades e particularidades de cada uma.

Constatamos então, que o ideal de escola inclusiva é aquela em que o aluno consiga aprender, onde suas limitações não os barrem e que consigam encontrar nos estudos a autonomia que tanto desejam. Pois o aprender destacado por todos eles, refletem a sua condição social em que estão submetidos, onde a presença dessas pessoas é quase inexistente no mercado de trabalho e a escola é a fuga dessa invisibilidade que se perpetuou durante décadas.

Pensar em uma escola inclusiva é pensar em estratégias para atender cada indivíduo, uma forma de incluir a heterogeneidade presente na sala de aula. A inclusão se torna tão difícil pelo simples fato de que a escola esteja acostumada a lidar com a homogeneidade. E assim se torna bem mais difícil mudar estratégias, pois o comodismo tradicional se perpetua de tal forma, que as diferenças ao serem incluídas, são excluídas. Pois segundo Xavier (2008, p. 69), essa exclusão se estabelece pela falta de planejamento e mudanças. Pois,

Trabalhar com o igual é mais fácil e simples, pois os desafios são sempre os mesmos e as formas de resolvê-los também é a mesma. Com um alunado sem diferenças dentro da escola não se corre riscos e não se coloca em xeque suas práticas, valores, hábitos e verdades. Mas a partir do momento que a escola resolve e precisa ser inclusiva, é necessário repensar suas práticas, a formação de seus educadores, modificando as abordagens de ensino para satisfazer as necessidades deles.

Desta forma, para o mesmo autor, é necessário que a inclusão saia de seu caráter utópico para atender e compreender a realidade a fim de mudar as estratégias para que os alunos incluídos vivenciasse o prazer do ensino e aprendizagem. A partir das falas analisadas, temos a noção de como é a escola para os alunos e egressos com deficiência, um lugar que possibilita a aprendizagem, onde as estruturas consigam entender cada diferença. Pois incluir é na verdade possibilitar maneiras em que as particularidades e a diferença sejam respeitadas.

Perante isto, na ocasião, perguntamos aos alunos e egressos o ideal de professores para cada um. O tal questionamento, se perpetuou pelo o professor ser peça chave no processo de escolarização. Assim, obtivemos as seguintes respostas:

Eu Gosto dos meus professores! Mas eu queria que eles tivesse mais capacidade para entender assim, a minha limitação. (Aluno 2)

Era os professores, se fossem capacitados [...] na, na, na, tanto em, em língua de sinais, como em braile. (Egresso 2)

Professor que saiba libras [...] pra poder me ensinar e que saiba interpretar e que não me deixe sem entender nada, no meio de todo mundo. E que consiga, me ensinar. [Expressão feliz] (Aluno 3)

Eu lembro de um tempo atrás, de no caso da C, essa professora que quando eu conheci ela, que ela começou a me ensinar [...] ela era amiga, se interessava também da família, quantos irmãos tinha. Não só ensinar a matéria, professor ideal é esse que também se importe não só com a questão de ensinar, mas também de conhecer. (Egresso 4)

Aqui, percebemos como um dos maiores desafios de promover uma educação inclusiva é a formação dos professores. Ao analisarmos as falas, constatamos que a grande maioria destaca que a capacitação na formação do docente é primordial para se manter uma inclusão escolar. Pois segundo eles, em Grajaú, muitos dos professores não possuem a devida formação para lidar com a deficiência dos alunos incluídos dentro da sala de aula.

Um entrave, onde tanto os alunos como os docentes estão sujeitos a essas dificuldades. Uma tarefa difícil, pois a falta de apoio assim como falta da gestão é um dos motivos que acarreta tal situação. Nesse sentido, Alcântara (2013) conclui que a governamentalidade neoliberal brasileira passa a responsabilidade para o professor construir a inclusão escolar, deixando a este, o papel de reproduzir sujeitos incluídos. E diante disto, recair nos ombros do professor o fracasso escolar.

Desta forma, temos dois lados fragilizados no processo da inclusão. Alunos são incluídos sem as devidas mudanças e o profissional sem apoio adequado para saber lidar com a deficiência. Por isso, destacamos a importância de um professor acolhedor, que procure maneiras de incluir e conhecer a diversidade em sala de aula, pois conforme a fala do egresso 4, o papel do professor vai muito mais além de ensinar o aluno com ou sem deficiência, pois seu maior desafio é conhecer e entender cada um.

Portanto, cabe ao sistema pensar em uma reestruturação do ensino, disponibilizando meio pelos quais os deficientes não se sintam mais excluídos, pois considerar uma escola inclusiva, ainda recai nas pessoas a necessidade de incluir o diferente por não ter capacidade. Em que a diferença espanta, causa repulsão e, conseqüentemente, o excluir. Mas por que tanta responsabilidade nas escolas?

Parece ser meio que contraditório, mas a mesma que incluir é a mesma que excluir, inevitavelmente, mas é o que acontece. Pois incluir é muito difícil, então nada melhor que começar pela escola, onde muitos são alvos de preconceito e rejeição. Mas não me refiro apenas as pessoas com deficiência, pois é algo bem mais complexo. Pois quando me refiro a diversidade, conseqüentemente falo das minorias que a todo dia são exposta na linha da inferioridade, onde negros, homossexuais, mulheres, indígenas e a pessoa com deficiência estão submetidos. E nessa relação de uma educação de qualidade, de um futuro melhor é que alguns dos entrevistados lançaram suas expectativas do futuro. Pois aquelas que já

concluíram, pensam em cursar uma faculdade e até mesmo conseguir um emprego. Assim, destaco alguns sonhos e esperança de um futuro promissor, segundo eles:

[...] Meu sonho é trabalhar! (Egresso 4)

Eu penso em ser um médico (a) [...] (Aluno 2; Egresso 1)

[...] Eu sonho muito em ser professor, professor para crianças surdas [...] eu não quero dá aulas pra adultos, quero dar aulas para crianças surdas. Meu sonho é esse [expressão feliz] Então meu sonho é esse, que tenha uma escola que tenha intérpretes, e que eu não fique só sentado sem entender o que está se passando. [Fala empolgada] (Egresso 3)

Percebemos como a escola proporciona para eles algo bem mais além do aprendizado. Pois ter um curso superior significa mudar de vida. Ter um trabalho, sentir a independência financeira é o primordial junto com ter autonomia, uma vez que há muito tempo ficaram sob a guarda de seus responsáveis. Diante disto, resolvemos perguntar para as duas alunas que estão fora da sala de aula se ainda pensam em retomar os estudos e obtivemos as seguintes falas:

Eu tenho [...] Mas ali não. (Aluno 4).

Teria sim! Se tiver intérprete ela disse que tem vontade sim [...] é muito importante, preciso aprender [...] até porque preciso ensinar minha filha, como que vou poder ensinar se eu não sei. Pra cuidar bem dela, eu preciso também aprender, eu preciso saber. (Aluno 3).

São respostas como estas que nos colocam em reflexão: pois até quando teremos alunos fora da escola? Até quando a inclusão terá esse impasse de segregação? Até quando os alunos 3 e 4 não se sentiram bem na escola. A primeira fala reflete muito sobre um ambiente não acolhedor e pouco atrativo, pois sempre que me referia a escola para o aluno 4, sua justificativa era voltada a rejeição das salas regular, mas que gostava de frequentar a Sala de Atendimento Educacional Especializado o AEE, fato este destacado anteriormente. Sua responsável destacou que a quantidade de alunos a deixa agitada, e no AEE por ter poucos alunos ela se sente melhor. Mas o curioso é que a mesma destacou que voltaria sim a estudar, mas não na escola em que estava matriculada. E sempre que perguntávamos o motivo, ela não respondia. A segunda fala, é referente a falta de intérpretes nas escolas, o que dificulta no processo de ensino de aprendizagem do alunos com deficiência auditiva. Pois como esse aluno terá como se comunicar com os outros ouvintes? São esses fatores que fazem do aluno 3 estar fora da escola regular.

Assim, a escola diante disto tudo, é um lugar de socialização e aprendizado. Pois mesmo enfrentando os obstáculos de uma inclusão de qualidade, os alunos veem na escola, um refúgio para a realização dos sonhos. Pois o aprender, destacado por eles, é uma forma de inserção social. Pois reafirmo o que foi exposto por Veltrone (2008, p. 105), onde integrar não é incluir, e só apenas com uma verdadeira inclusão poderemos dar a esses alunos e egressos, a oportunidade de uma qualidade de vida melhor.

Portanto, na perspectiva da inclusão escolar é preciso romper com o paradigma da exclusão. Todos os alunos devem ser vistos como participantes do grupo em todas as atividades, e não somente em algumas. A diversidade deve ser contemplada em todos os aspectos. O respeito pela diversidade significa aceitar o outro, entender que ele é igualmente digno de participar do ambiente educacional como os demais.

Dentro deste contexto, Lopes (2011) concebe a inclusão como uma condição de vida no qual os indivíduos lutam pelo direito na participação dos espaços públicos. E essa luta, só se organizou a partir do momento em que se percebeu que a presença dessas pessoas nos mais variados segmentos da sociedade eram inexistente. Levando por esse caminho, é que a inclusão se sustenta no discurso proveniente da autonomia, em que as políticas inclusivas crescem na perspectiva de construir subsídios necessários para que os alunos da inclusão vivenciam a “independência”. Independência está, marcada por mais espaços democráticos e com estrutura para atender a todos. Ainda conforme a autora, não se convém em pensar a inclusão como uma política universal. Mas é necessário entender a sua essência, onde foi criada a partir dos discursos engendrados nas políticas educacionais com o objetivo último de levar a essas pessoas a visibilidade nos mais variados segmentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa constatou como a entrada das pessoas com deficiência no ensino regular foi uma grande vitória. Isso pode ser constatado nas diversas literaturas que versam sobre a temática. A escola em si demonstra desejos, oportunidades, vivências, inclusão e segregação. Mas, mesmo sendo palco de tantas dicotomias, a escola é uma das mais importantes instituições de regularização do ser humano.

Em relação as falas expostas pelo egressos e alunos entrevistados, observamos que a entrada das pessoas com deficiência no ensino regular, foi um marco valoroso no que tange a direitos e igualdades de ensino. Os discursos demonstram como a escola tem um papel fundamental na vida de cada cidadão, mesmo com seus problemas, ela proporciona a autonomia e o conhecimento.

O ano de 1990 foi um marco no que concerne à universalização do ensino. Foi daí que surgiram as mais variadas reformulações que derivam hoje de decretos, leis e pareceres, com o intuito de garantir uma melhoria na educação. O contexto histórico da pessoa com deficiência é marcado pelos mais variados estigmas construídos durante décadas. Aquele que outrora era conhecido por inválido, aberração, anormal, esquisito, inútil e imprestável, passou a ser visto como um ser que poderia ser ajustado. E dentro deste contexto, surge hoje o que chamamos de inclusão.

Para Sánchez (2001), a Educação Inclusiva visa atender a todos, com o objetivo de incluir esse aluno socialmente. Contudo, não se deve pensar apenas na inclusão no campo educacional, isso vai bem mais além de apenas estar matriculado em alguma escola. Isso se refere a dar estabilidade para que esse aluno com deficiência possa alcançar o futuro profissional, sendo este o fim último da inclusão e isso só se tornará possível quando a escola estruturar suas bases e se tornar inclusiva.

A percepção dos alunos sobre a escola se mostraram satisfatória, relataram a importância de estarem incluídos em um ensino regular. Segundo eles, é na escola que os “novos horizontes” – destacado por um deles –, podem ser alcançados. As várias contribuições como aprender a ler e a interação com as outras pessoas, foram as mais recorrentes apresentadas pelos alunos e egressos. Essa relação acrescenta para eles a visibilidade, a construção da criticidade e o reconhecimento do outro, em que a presença da pessoa com deficiência em sala de aula é fundamental para conscientizar e tornar a escola um campo diversificado, respeitando todas as particularidades.

O relacionamento com os professores era satisfatório para alguns, em que os profissionais oportunizaram para eles o conhecimento. Mas, destaco que mesmo tendo esse papel importantíssimo, o professor hoje encontra os maiores desafios junto com seus alunos, o da inclusão. Problema este que se perpetua durante anos e que deriva de diversos problemas, sendo que, um deles surge desde a formação inicial deste profissional.

A inclusão muitas vezes mostra em suas aplicabilidades o problema que a escola enfrenta. Primeiramente que, se tratando de um ambiente marcado por particularidades, este é suscetível a discriminação. Assim, o professor na realidade vive os principais dilemas de incluir a sala de uma forma que todos os alunos consigam compreender a diferença. Alguns dos alunos entrevistados demonstraram não ter uma boa relação com os professores. E os problemas derivam exatamente da própria estruturação da inclusão, nos quais os professores e alunos estão na mesma linha de risco dos problemas enfrentados para se manter à inclusão.

No que concerne à relação com os alunos, a maioria apresentou um relacionamento satisfatório, destacando que a escola foi importante para conhecerem novas pessoas, logo que, o ambiente escolar proporcionou aos egressos e alunos a possibilidade de conviver com pessoa sem deficiência. Mas, nesse mesmo contexto, encontrou-se alunos e egressos que não tiveram as mesmas respostas. Neste caso, não podemos minimizar tão indagação, pois as falas revelam que mesmo estando em sala regular, eles não se sentiam acolhidos, enfatizando que muitas das vezes foram alvos de piadas, preconceitos e em certos casos, se sentiram excluídos de algumas atividades em sala de aula.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos e egressos, os mais variados relatos demonstraram que os problemas derivam desde a estrutura das escolas, até a utilização dos recursos necessários para os estudantes. Para eles, a principal dificuldade sentida é em relação a própria inclusão, pois mesmo estando matriculados nas escolas regulares, a mesma ainda não dispõe de materiais adequados como: estruturas, rampas e intérprete de Libras, matérias para Braille, piso tátil para os deficientes visuais e entre outros recursos básicos. Dentro deste contexto, ainda destacamos as avaliações feitas por eles, no qual registraram as notas para a inclusão de Grajaú, de 0 a 8, e assim, podemos perceber que suas notas estão intrinsecamente relacionadas aos recursos e a forma como foram acolhidos no processo de escolarização.

As mais variadas formulações de uma inclusão de qualidade foram apresentadas pelos os alunos. Segundo eles, a inclusão não está relacionada apenas à abertura da escola para atender a diversidade. Para os alunos e egressos são necessárias melhorias no ensino, reformulações pedagógicas, estruturas de qualidade e formação para os professores. Portanto,

para os alunos, a inclusão necessita de formulações urgentes em suas estruturas, e por último, incluir para atender as relações humanas. (QUIXABA, 2011).

Em relação às expectativas futuras da inclusão, de modo geral, os alunos compreendem a escola como uma abertura para a construção profissional, pois, segundo eles, a entrada na escola foi fundamentada na autonomia, onde a busca pelo futuro profissional foi o principal motivo para a matrícula. Assim, eles destacam que mesmo com as dificuldades, a escola proporcionou conhecimento, relacionamento com outras pessoas e oportunizou sonhar em um ingresso na Universidade. Dentro desta concepção, eles ainda destacaram que um ideal de professor inclusivo, será aquele capacitado a atender as necessidades que cada um apresenta. E, isso, só se tornará possível, quando os professores desfrutarem de uma formação de qualidade, onde sejam capacitados para atenderem as todas as deficiências, seja ela auditiva, visual, física ou superdotação.

Por fim, destaco um dos sonhos e objetivos relatados por alguns alunos e egressos: ingressar em uma Universidade. Notadamente, o desejo de melhorar de vida sempre ficou estampado em cada fala. Portanto, com a pesquisa podemos perceber que os 9 alunos e egressos tiveram uma percepção de escola favorável, justificando que a educação é um direito que viabiliza a realização de outros direitos. É notório afirmamos que muito já foi conquistado desde a década de 90. Mas, o desafio só aumenta a cada ano. Pois uma educação digna e de qualidade que vise à autonomia e que consiga atender a heterogeneidade é o maior dos desafios lançados pelo campo educacional.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Ramon. Luis. de S. **A ordem do discurso na educação especial**. São Luís, EDUFMA, 2013. p. 252.

ALCÂNTARA, Ramon. Luis de S. **Formação para a diversidade?** Desafios da formação de professores em Grajaú – MA. 2015. 202 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

BAUMAN, Zigmunt. **O mal-estar da pós- modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BRASIL. CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAS. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº 555/2007, prorrogado pela portaria nº 948/2007 Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer n. 13/2009. Brasília, 2009.

_____. **Avanços das políticas públicas para as pessoas com deficiência:** uma análise a partir das Conferências Nacionais, Brasília. 2012.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2014.

CARVALHO, M. B. W. B; BONFIM, M. N. B. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MARANHÃO: apontamentos e históricos¹. **Cad. Pes**, v.23, n. Especial, set./dez. 2016.

ELZIRILK, Marisa, Faermann. Diferença e exclusão ou ...a gestação de uma mentalidade inclusiva. **Inclusão:** Revista da Educação Especial, v.1, n.1, p. 17-23, 2005.

FOGLI, B. F. C. S; SILVA FILHO, L. F; OLIVEIRA, M. M. N. S. Inclusão na Educação: uma reflexão crítica da prática. In: SANTOS, M. P. dos; PAULINO, M. M. (Org.). **Inclusão em educação:** culturas, políticas e práticas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008. P. 114-122.

FORGIARINE, Roberta Rossarolla. **A produção da autonomia no sujeito deficiente: contribuições da escola inclusiva**. Revista Educação por Escrito – PUCRS, v.3, n.2, dez. 2012, p. 51-63.

GIL, Antônio, Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

INEP. **Censo Escolar 2016**. Disponível em: <
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf> Acessado em: 07/01/2019.

_____. **Censo Escolar 2017**. Disponível em: <
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf> Acessado em: 15/01/2019.

JESUS, Cupertino, Sonia. **Inclusão Escolar e a Educação Especial**. Setembro, 2005.
Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/04/artigo-2a8.pdf> Acessado em: 15/10/2017.

LASTA, Leticia Lorenzi; HILLESHEIM, Betina. Políticas públicas de inclusão escolar: a produção e o gerenciamento do anormal. In: THOMA, A. S; HILLESHEIM, B. (Org.). **Políticas de inclusão: gerenciamento riscos e governando as diferenças**. 1.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2

LOPES, Maria Corcini. Políticas de inclusão In: THOMA, A. S; HILLESHEIM, B. (Org.). **Políticas de inclusão: gerenciamento riscos e governando as diferenças**. 1.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011, p. 87-108.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Plano Estadual de Educação**. Disponível em: <<http://www.educacao.ma.gov.br>>. Acessado em: 10/12/2018.

MARQUEZAN, Reinoldo. **O discurso sobre o sujeito deficiente produzido pela legislação brasileira [manuscrito]**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, RS, 2007. 175 f.

MENDONÇA, Ana, Abadia dos Santos. **EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DICOTOMIA DE ENSINO DENTRO DE UM MESMO PROCESSO EDUCATIVO**. UNIEBE, 2015. Disponível em:
<http://www.uniube.br/eventos/epeduc/2015/completos/39.pdf>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008. Disponível em:<http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf> Acessado em: 25/08/2017.

NETO, A. O. S. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar. 2018 Santa Maria.

PADILHA, A. M. L. **Práticas Educativas**: perspectivas que se abrem para a Educação Especial. Educ. Soc. [online]. 2000, vol. 21, n. 71, p. 197-220.

RIBEIRO, Almeida, Naiara. **Reflexões sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas na sala de atendimento educacional especializado Tia Maria Feitosa**. Universidade Federal do Maranhão. Grajaú, 2016. 41f.

QUIXABA, Maria Nilza O. **Práticas inclusivas na escola: o que faz sentido para os (as) alunos (as) com deficiência?** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Luís, 2011.

_____. **A inclusão na Educação**: humanizar para educar melhor. São Paulo: Paulinas. 2015.

SARDAGNA, Helena, Venites. Da Institucionalização do anormal à inclusão escolar. In: FABRIS, H, E.; REJANE, R, K. (orgs.) **Inclusão e Biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p.45-58.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Inclusão** - Revista da Educação Especial - Out/2005

SILVA, Danielle, Aline, Ramos, De Sousa. **Uma análise sobre a educação especial nas salas de atendimento educacional especializado (AEE) da rede pública de ensino do município de Grajaú**. Universidade Federal do Maranhão. Grajaú, 2015. 45f.

SCHEIDE, Matilde. **Saberes, correção e normalização no contexto da educação especial**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – RS. 2007, 110 f.

VELTRONE, Aline Aparecida. **A inclusão escolar sob o olhar dos alunos com deficiência mental**. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2008.

XAVIER, Gláucia, do Carmo. **O currículo e a educação inclusiva:** a prática curricular e suas implicações na inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós Graduação em Educação – Belo Horizonte, 2008

APÊNDICES

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA CAMPUS DE GRAJAÚ CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS – GEOGRAFIA

ENTREVISTA ESTRUTURADA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome (opcional):

Idade:

Escola onde estuda (estudou):

PERGUNTAS

1. Qual sua deficiência (visual, auditiva, física)? Como e quando foi adquirida?
2. Frequentou a escola regular desde que idade? Já frequentou alguma escola especial? Qual? Quando?
3. De uma maneira geral, como você avalia as escolas que frequentou (frequenta)?
4. Quanto à inclusão de pessoas com deficiência, como você avalia as escolas que frequentou (frequenta)?
5. A escola possuía (possui) sala de atendimento especializado? Você já teve (tem) algum atendimento educacional especializado? Já frequentou (frequenta) alguma sala de recursos? Avalie esses serviços.
6. De uma maneira geral, como você avalia os serviços prestados pela secretaria municipal de educação para pessoas com deficiência?
7. Quais as principais dificuldades que você encontrou (encontra) na escola? Você teve (tem) ajuda para superá-los? Como? De quem?
8. Quais são os principais aspectos positivos em estudar em uma escola regular? É melhor ou pior que uma escola ou sala exclusiva para alunos com deficiência?
9. Quanto aos professores, como era (é) sua relação com eles? Eles tratavam (tratam) você assim como os estudantes sem deficiência ou tinha (tem) algum tratamento diferenciado? Você acha que os professores estão preparados para ensinar aos alunos com deficiência em Grajaú?
10. Você sofreu (sofre) algum preconceito por parte de professores ou funcionários da escola?

11. Na relação com os outros alunos, você se sentia (sente) bem ou não? Havia (há) colaboração por parte dos outros estudantes? Você sofreu preconceito por parte de outros estudantes? Existe alguma união entre os estudantes com deficiência?
12. Você acha que a escola lhe proporcionou (proporciona) aprendizagem? É difícil estudar e aprender na sua escola? Por quê?
13. Você é a favor ou contra a educação inclusiva? Por quê?
14. A sua escola possuía (possui) rampas de acessibilidade? Banheiros e estruturas adaptadas para cadeirantes? Piso tátil para cegos?
15. A sua escola possuía (possui) interpretes de LIBRAS?
16. A sua escola possuía (possui) materiais em braile?
17. Se você fosse dar uma nota para a inclusão em Grajaú, qual seria? Por quê?
18. Considerando sua deficiência, como seria a escola perfeita para você?
19. Considerando sua deficiência, como seriam os professores perfeitos para você?
20. Considerando sua deficiência, como seriam os estudantes perfeitos para você?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você foi escolhido (a) para participar de uma pesquisa da Universidade Federal do Maranhão. O objetivo da pesquisa é analisar as concepções de crianças acerca da inclusão escolar.

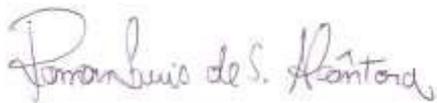
Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa serão enviados para você e permanecerão confidenciais. Seu nome ou o material que indique a sua participação não serão liberados sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

Declaro que concordo participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Grajaú, _____ de _____ de 2018

Assinatura do participante



Prof. Dr. Ramon Luis de Santana Alcântara - orientador

Karina Araújo Lopes - pesquisadora